

TEXTOS DE MARX E ENGELS SOBRE AS REVOLUÇÕES DE 1848 E A COMUNA DE PARIS

Extraído da coletânea: *Marx y Engels y las revoluciones de 1848* – Fondo de Cultura Económica.

[F. ENGELS]

[A REVOLUÇÃO DE JUNHO EM PARIS]

Nova Gazeta Renana, "Suplemento extra", 26 de junho 1848]

[!]

Detalhes sobre o 23 de junho

A insurreição de Paris foi uma insurreição puramente operária. Transbordou a raiva dos trabalhadores contra o governo e a Assembleia, que haviam decepcionado suas esperanças, que dia após dia adotavam novas medidas no interesse da burguesia e contra os trabalhadores, que haviam dissolvido a Comissão operária de Luxemburgo, restringido as Oficinas Nacionais¹ y promulgado a lei contra as concentrações. Em todos os detalhes ressalta o caráter decididamente proletário da insurreição.

(...)

Até as dez horas deu-se a ordem de erguer barricadas. Rapidamente, porém de modo atropelado e sem ordem, cobriu-se de pedras toda a parte leste e sudeste de Paris, desde o Quartier e o Faubourg Poissonnière. Se ergueram barricadas mais ou menos sólidas nas ruas de Saint Denis, Saint Martin, Rambután, Faubourg Poissonnière e, na margem esquerda do Sena, nos acessos aos bairros de Saint Jacques e Saint Marceau, enas ruas de Saint Jacques, La Harpe e La Huchette e nas pontes próximas mais ou menos bem atrincheirados. No alto destes tremulavam bandeiras, com estas inscrições: Pão ou morte! Trabalho ou morte!

Como se vê, a insurreição se apoiava resolutamente na parte leste da cidade, habitada principalmente pelos operários;

(...)

Depois das barricadas, vieram os ataques as forças policiais. EO posto de guarda da Bonne Nouvelle, o primeiro que se toma por assalto em quase todas as revoluções, estava ocupado pela Guarda Móvel.² Foi desarmado pelo povo.

(...)

Finalmente, chegou a ordem de tomar a barricada que cortava o bulevar, próximo à Porta Saint Denis. Avançou a Guarda Nacional,³ com o comissário de polícia na frente; iniciaram-se conversações; repentinamente, sem que se saiba de onde, pipocaram alguns tiros e logo se generalizou o tiroteio.

Rapidamente, abriu fogo também o posto da Bonne Nouvelle e avançou com os fuzis carregados, um batalhão da segunda legião, localizado no bulevar Poissonnière. O povo estava cercado por todos os lados.

¹ «As Oficinas Nacionais criaram-se imediatamente depois da revolução de Fevereiro de 1848 por um decreto do Governo provisório francês. Tratava-se, por um lado, de desacreditar as ideias de Louis Blanc sobre a organização do trabalho entre os operários e, por outro, de utilizar na luta contra o proletariado revolucionário os operários, militarmente organizados, das Oficinas Nacionais. O plano de dividir a classe operária fracassou, fortalecendo cada vez mais a mentalidade revolucionária dos operários agrupados nas Oficinas Nacionais. Diante disso, o governo adotou uma série de medidas para eliminar as Oficinas (redução do número de trabalhadores ocupados, ida às províncias para executar obras públicas, etc.). Estas medidas provocaram grande descontentamento entre os operários de Paris e foi um dos motivos que determinaram a insurreição de Junho. Depois de sufocada a insurreição, o governo Cavaignac, em 3 de julho de 1848, promulgou um decreto dissolvendo as Oficinas Nacionais.

² Guarda Móvel: este corpo militar foi criado em fevereiro de 1848 por um decreto do Governo provisório para lutar contra as forças revolucionárias. Se alistaram nela, principalmente, os lumpenproletários e foi mobilizada para reprimir a insurreição de junho de 1848.

³ Guarda Nacional: força armada criada na França em 1848 expressamente para defesa da "ordem estabelecida". Era composta, preferencialmente, por elementos burgueses e pequeno-burgueses.

Desde suas posições vantajosas e seguras, a Guarda Nacional abriu fogo nutrido contra os operários. Estes se defenderam durante meia hora; finalmente, os assaltantes ocuparam o bulevar da Bonne Nouvelle e as barricadas, até a Porta de Saint Martin. Neste ponto, a Guarda Nacional havia tomado também, até as 11 horas, as barricadas da parte do Temple e os acessos aos bulevares.

Os heróis que assaltaram estas barricadas foram os burgueses do segundo Distrito, que vai desde o antigo Palais Royal até o subúrbio de Montmartre. Neste bairro vivem os ricos "boutiquiers" das ruas de Vivienne e Richelieu e do bairro dos Italianos, os grandes banqueiros das ruas de Laffitte e Bergère e os voluptuosos agiotas da Chausse d'Antin. Aqui moram em seus palácios, Rothschild e Fould, Rougemont de Lowemberg e Ganneron. Aqui encontram-se, em uma palavra, a Bolsa e tudo que vive e se mexe em torno dela.

(...)

A luta travada no subúrbio de Saint Denis foi o sinal para os encontros ocorridos em todos os bairros da região leste de Paris. Os combates foram sangrentos. Os insurretos tiveram mais de trinta baixas entre mortos e feridos. Os operários, juraram que na noite seguinte, avançariam em todos os lugares e lutariam até a morte contra a "Guarda Municipal da República".⁴

(...)

O balanço do primeiro dia de luta não foi muito favorável ao governo; durante a noite, os insurretos, ocuparam novamente os postos que haviam sido desalojados. Em troca, o governo tinha dois fatos contra si: tinha disparado com canhões e não dominou a revolta no primeiro dia. E quando soam os canhões e vem uma noite no meio, que não é de vitória, mas de trégua, finda a revolta e começa a revolução.

(...)

23 de junho

[Nova Gazeta Renana, núm. 28, 28 de junho de 1848]

A revolução de Junho oferece o espetáculo de uma feroz luta, como jamais havia visto Paris e o mundo. De todas as revoluções anteriores, a luta mais furiosa foram as que se travaram nas jornadas de Março em Milão, onde uma população quase desarmada de 170 mil almas derrotou a um exército de 20 mil a 30 mil homens. E, no entanto, aquelas jornadas de março foi um jogo de crianças comparadas com os combates de junho em Paris.

O que distingue a revolução de Junho de todas as anteriores é a ausência de toda ilusão, de todo entusiasmo emocional.

O povo não foi, como em fevereiro, às barricadas cantando *Morrer pela pátria*, os operários do 23 de junho lutavam pela sua existência, e a pátria havia perdido para eles todo significado. Havia esquecido da "Marselhesa" e todas as recordações da Grande Revolução. Povo e burgueses intuem que a revolução que estão entrando é maior que os fatos de 1789 e 1793.

A revolução Junho é a revolução do desespero. Combate com uma raiva silenciosa e sangue frio dos desesperados; os operários sabem que estão travando uma luta de vida ou morte, e diante da pavorosa seriedade desta luta até o alegre espírito francês calou-se.

A história só nos fala de dois fatos que guardam certa semelhança com a luta que talvez segue travando-se em Paris no momento: a guerra dos escravos romanos e a insurreição de Lyon em 1834. A velha divisa dos insurgentes lioneses: "Viver trabalhando ou morrer combatendo", volta a ressurgir novamente e se inscreve de novo nas bandeiras, depois de 14 anos.

⁴ A chamada Guarda republicana ou Guarda municipal da República foi criada em 16 de maio de 1848 pelo governo francês, inquieto diante da atitude revolucionária dos operários de Paris. Dependia da Direção da Polícia e se encontrava sob as ordens do Prefeito da cidade. Seus efetivos chegavam a 2.600 homens.

A revolução de Junho é a primeira que dividiu realmente toda a sociedade em dois grandes campos inimigos, um representando a região Leste de Paris e o outro a região Oeste. Desapareceu a unanimidade da revolução de Fevereiro, aquela poética unanimidade cheia de sedutores enganos e de lindas mentiras, tão dignamente personificadas pelo eloquente traidor Lamartine. Hoje, a seriedade inexorável da realidade se encarrega de rasgar todas as ilusões e promessas do 25 de fevereiro. Os lutadores de Fevereiro combatem hoje uns contra outros e — o que jamais tinha acontecido até hoje — não conhece a indiferença: todo homem capaz de empunhar as armas participa realmente na luta, nas barricadas.

(...)

O povo se enfrentava com um impressionante desprezo com a morte. Um forte destacamento da Guarda Nacional lançou um ataque por trás da barricada da rua de Cléry. A maioria dos seus defensores recuaram. Somente permaneceram no seu posto sete homens e duas mulheres, duas belas jovens costureiras. Um dos sete ergueu-se sobre a barricada, empunhando a bandeira. Os outros abriram fogo. A Guarda Nacional respondeu e o homem que agitava a bandeira caiu morto. Ao vê-lo, umas das costureiras, uma moça alta e bonita, mal vestida, com os braços nus, empunhou a bandeira, cruzou a barricada e avançou até a Guarda Nacional. O fogo não se deteve e os burgueses da Guarda Nacional abateram a moça, quando esta já quase tocava as baionetas. Imediatamente, saltou a outra moça, pegou a bandeira, levantou a cabeça da sua companheira e, ao comprovar que estava morta, começou, fora de si, a lançar pedras contra o inimigo. Também caiu sob as balas dos burgueses. O fogo era cada vez mais pesado, choviam disparos das janelas e das filas da Guarda Nacional. Por fim, chegaram reforços e a barricada foi tomada por assalto. De seus sete defensores só uma ficou com vida; foi desarmado e feito prisioneiro. Os autores desta heroica façanha perpetrada contra sete operários e duas costureiras foram os leões e os lobos da Bolsa.

(...)

O ditador Cavaignac postou sua artilharia diante da ponte de Notre-Dame. Desde ali canhoneou as ruas de Planche-Mibray e a Cité e pode enfileirou os canhões contra as barricadas da Ilha de Saint Jacques.

Esta última rua estava cortada por numerosas barricadas e suas casas convertidas em verdadeiros fortins. Só a artilharia podia resolver ali a situação, e Cavaignac não vacilou nem um momento em emprega-la. Toda a tarde soaram os canhões. As granadas varreram a rua. Às sete da noite restou apenas uma barricada. O número de mortos era muito elevado.

(...)

Na Cité, uma companhia da Guarda Republicana, pretextando querer confraternizar com os insurretos, conseguiu penetrar entre duas barricadas e abriu fogo. O povo furioso, se lançou contra os traidores e os abateu um a um. Apenas uns vinte conseguiram escapar.

A violência da luta arrefeceu em todas partes. Enquanto era dia, disparou-se em todas as direções com canhões; mais tarde, só se escutava o fogo da fuzilaria, que continuou até tarde da noite. Todavia, lá pelas onze horas soavam as trombetas em toda Paris e a meia noite ainda se escutavam descargas para o lado da Bastilha. A praça da Bastilha com todos seus acessos estava no poder dos insurretos. O subúrbio Saint Antoine, centro do poder da revolução, se encontrava fortemente defendido. No bulevar da rua Montmartre até a rua do Temple viam-se fortes concentrações de cavalaria, infantaria, Guarda Nacional e Guarda Móvel.

Até as onze da noite se registravam já mais de mil baixas, entre mortos e feridos.

Tal foi o primeiro dia da revolução de Junho, jornada sem paralelo nos anais revolucionários de Paris. Os operários parisienses lutaram completamente sós, contra a burguesia armada, contra a Guarda Móvel e a Guarda Republicana recém-criada e contra as tropas de todas as armas. E se comportaram com uma extraordinária valentia, comparável somente a brutalidade igualmente extraordinária de seus adversários. Quando vemos como a burguesia de Paris se somou com verdadeiro júbilo às matanças organizadas por Cavaignac, pode-se sentir certa indulgência por figuras como as de Hüser, Radetzky y Windischgratz.

A REVOLUÇÃO DE JUNHO EM PARIS [VI]

25 de junho

[Nova Gazeta Renana, núm. 32, 2 de julho de 1848]

(...)

Fizemos este relato puramente militar da luta para realçar a heroica bravura, a unanimidade, a disciplina e a perícia militar com que lutaram os operários de Paris. Em número de 40 mil lutaram durante quatro dias contra forças quatro vezes maiores e faltou pouco para que triunfassem. Estiveram muito perto do centro de Paris, tomando o edifício da Prefeitura, instituindo um Governo provisório e duplicando seus efetivos com os contingentes dos bairros conquistados da cidade e os soldados da Guarda Móvel, que, tal como estavam as coisas, só necessitavam de um empurrão para passar-se ao lado do povo.

O DEBATE SOBRE POLÔNIA NA ASSEMBLEIA DE FRANKFURT

[Nova Gazeta Renana, núm. 73, 12 de agosto de 1848]

Os grandes países agrícolas encravados no mar Báltico e mar Negro só podem sair da barbárie patriarcal-feudal mediante uma revolução que converta os camponeses servos em livres possuidores de sua terra, uma revolução no campo que seja a mesma que os franceses levaram a cabo em 1789. A nação polaca cabe o mérito de ter sido a primeira em proclamar isto entre todos os povos agrícolas vizinhos. A primeira tentativa de reforma foi a Constituição de 1791; na insurreição de 1830, Lelewel declarou que a revolução agrária era o único caminho para a salvação do país, porém, o Parlamento reconheceu já muito tarde; nas insurreições de 1846 e 1848, a revolução agrária foi proclamada abertamente.

Os polacos atuaram revolucionariamente desde o primeiro dia da sua opressão, com isto fizeram com que seus opressores se tornassem com redobrada força em contrarrevolucionários. Os obrigaram a manter de pé as condições patriarcal-feudais, não só na Polônia, mas também nos demais países. Desde a insurreição de Cracóvia de 1846 sobretudo, a luta pela independência da Polônia é, ao mesmo tempo, a luta da democracia agrária —a única possível na Europa oriental— contra o absolutismo patriarcal-feudal. Por isso, enquanto sigamos ajudando a oprimir a Polônia, enquanto acorrentamos uma parte deste país a Alemanha, seguiremos atados a Rússia e a política russa e não podemos acertar golpes substanciais, no nosso país, ao absolutismo patriarcal-feudal. A instauração de uma Polônia democrática é a primeira condição para que possamos instaurar uma Alemanha democrática.

A INSURREIÇÃO EM FRANKFURT - [F. ENGELS]

[Nova Gazeta Renana, núm. 107, 20 de setembro de 1848, Suplemento]

Como explicar as contínuas vitórias da causa da ordem em todos os pontos da Europa? Quais são as causas da série inumerável de derrotas sofridas pelo partido revolucionário em Nápoles, Praga e Paris até Milão, Viena e Frankfurt? A explicação reside em que a luta que se prepara em todos os países civilizados é uma luta completamente distinta e incomparavelmente mais importante que todas as revoluções anteriores, porque tanto em Viena como em Paris, em Berlim e em Frankfurt, em Londres e Milão, se trata de derrubar o poder político da burguesia; de uma revolução cujas consequências imediatas encham de espanto a todos burgueses acomodados e especuladores.

Por acaso há no mundo um centro revolucionário onde não haja tremulado desde as barricadas dos últimos cinco meses bandeira vermelha, o símbolo de combate dos proletários europeus alemães?

Também em Frankfurt, o parlamento dos Junkers e burgueses aliados, foi conquistado sob a bandeira vermelha.

Por isso, todas estas derrotas, porque a burguesia se vê diretamente ameaçada em seu poder político e indiretamente em sua existência social por qualquer insurreição que exploda agora. O povo, em sua maioria desarmado, tem que lutar não só contra o poder do Estado burocrático e militar organizado, que agora assume a burguesia, senão também contra a burguesia armada. Frente ao povo desorganizado e mal armado se levantam todas as demais classes da sociedade, magnificamente organizadas e dotadas de excelente armamento. Isso se deve a que, até agora o povo tenha se rendido e seguirá rendendo-se sempre e quando seus adversários se vejam debilitados — seja pela necessidade de ocupar suas tropas na guerra ou porque surja entre eles uma divisão — ou um grande acontecimento empurre o povo a um combate desesperado e desmoralize seus inimigos.

VITÓRIA DA CONTRARREVOLUÇÃO EM VIENA – KARL MARX – 7 DE NOVEMBRO DE 1848

Traições de todo tipo prepararam a queda de Viena. Toda a história do parlamento e do Conselho Municipal desde 6 de outubro não passa de uma contínua história de traição. Quem estava representada no parlamento e no Conselho Municipal?

A burguesia.

Uma parte da Guarda Nacional de Viena, logo no início da Revolução de Outubro, tomou abertamente o partido da camarilha. E no final da Revolução de Outubro encontramos outra parte da Guarda Nacional em luta contra o proletariado e a Legião Acadêmica, em entendimento secreto com os bandidos do imperador. Quem pertence a esta fração da Guarda Nacional?

A burguesia.

Mas na França a burguesia passou para a ponta da contrarrevolução depois de ter derrubado todos os obstáculos que se punham no caminho da dominação de sua própria classe. Na Alemanha ela se encontra rebaixada a defensora da monarquia absoluta e do feudalismo, antes de ter ao menos garantido as condições vitais básicas de sua própria liberdade civil e dominação. Na França ela se apresentou como déspota e fez sua própria contrarrevolução. Na Alemanha ela se apresentou como escrava e fez a contrarrevolução de seus próprios déspotas. Na França ela venceu para humilhar o povo. Na Alemanha ela se humilhou para que o povo não vencesse. A história inteira não mostra outra miséria ignominiosa como a da burguesia alemã.

(...)

Com a vitória em Paris, a contrarrevolução europeia começou a comemorar sua orgia.

A CONTRARREVOLUÇÃO EM BERLIM – KARL MARX - 12 DE NOVEMBRO DE 1848

A burguesia teria transformado com muito prazer a monarquia feudal em uma monarquia burguesa pelo caminho amistoso. Depois de arrancar ao partido feudal os brasões e títulos ofensivos a seu orgulho burguês e os rendimentos pertencentes à propriedade feudal que violam o modo de apropriação burguês, ela teria com todo o prazer se casado com o partido feudal e subjugado o povo junto com ele. Mas a alta burocracia não quer ser rebaixada a criada de uma burguesia, de quem fora, até agora, a despótica mestre-escola.

(...)

Por isso a monarquia não se deixou persuadir pela burguesia, e respondeu à sua meia revolução com uma completa contrarrevolução.

(...)

NOVA GAZETA RENANA, nº 141, 12/11/1848, 2ª edição

A revolução europeia percorre um ciclo. Começou na Itália, em Paris assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da Revolução de Fevereiro, Berlim o eco da Revolução de Viena. Na Itália, em Nápoles, a contrarrevolução europeia assestou seu primeiro golpe, em Paris — as jornadas de junho — assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da contrarrevolução de junho, em Berlim ela se consumou e se comprometeu. De Paris novamente o galo gaulês despertará a Europa.

A BURGUESIA E A CONTRARREVOLUÇÃO – SEGUNDO ARTIGO – KARL MARX – NOVA GAZETA RENANA – 11 DE DEZEMBRO DE 1848

A burguesia prussiana foi atirada para os altos cargos do Estado, porém, não, como tinha desejado, por meio de uma transação pacífica com a Coroa, mas por meio de uma revolução. Não eram os seus próprios interesses, mas os interesses do povo, que devia representar contra a Coroa, isto é, contra si própria, uma vez que um movimento popular lhe tinha preparado o caminho. Aos seus olhos, a Coroa era, porém, precisamente apenas o escudo pela graça de Deus por detrás do qual se deviam ocultar os seus interesses próprios profanos. A inviolabilidade dos seus interesses próprios e das formas políticas correspondentes ao seu interesse, traduzida na linguagem constitucional, devia soar [assim]: inviolabilidade da Coroa. Daí o entusiasmo da burguesia alemã e, especialmente, da prussiana pela monarquia constitucional. Daí que, se a revolução de Fevereiro com todas as suas sequelas alemãs, foi bem recebida pela burguesia prussiana, porque por ela o leme do Estado lhe foi posto nas mãos, ela igualmente foi um golpe nos seus cálculos, porque, deste modo, a sua dominação ficava ligada a condições que ela não queria cumprir nem podia cumprir.

A burguesia não tinha mexido um dedo. Tinha permitido que o povo se batesse por ela. A dominação para ela transferida não era, portanto, a dominação do general que vence o seu adversário, mas a dominação de um comitê de segurança a quem o povo vitorioso confia a defesa dos seus interesses próprios.

(....)

Não se pode confundir a revolução prussiana de Março, nem com a revolução inglesa de 1648, nem com a francesa de 1789.

Em 1648, a burguesia estava ligada à nobreza moderna contra a realeza, contra a nobreza feudal e contra a Igreja dominante.

Em 1789, a burguesia estava ligada ao povo contra realeza, nobreza e Igreja dominante.

A revolução de 1789 tinha por modelo (pelo menos, na Europa) apenas a revolução de 1648, a revolução de 1648 apenas a insurreição dos Países Baixos contra a Espanha.⁵ Ambas as revoluções estavam avançadas um século, não apenas pelo tempo, mas também pelo conteúdo, relativamente aos seus modelos.

⁵ Trata-se da revolução burguesa de 1566-1609 nos Países Baixos (atualmente Bélgica e Holanda), que faziam parte do Estado espanhol; a revolução combinou a luta da burguesia e das massas populares contra o feudalismo com a guerra de libertação nacional contra o domínio espanhol. Em 1609, após uma série de derrotas, a Espanha foi obrigada a reconhecer a independência da República Holandesa burguesa. A revolução burguesa dos Países Baixos no século XVI abriu a época das revoluções burguesas vitoriosas na Europa. O território da Bélgica atual permaneceu nas mãos dos espanhóis até 1714.

Em ambas as revoluções, a burguesia era a classe que realmente se encontrava à cabeça do movimento. O proletariado e as frações da população urbana não pertencentes à burguesia não tinham ainda quaisquer interesses separados da burguesia ou não constituíam ainda quaisquer classes, ou setores de classes, autonomamente desenvolvidas. Portanto, ali onde se opuseram à burguesia, como, por exemplo, de 1793 até 1794, na França, apenas lutaram pela realização dos interesses da burguesia, ainda que não à maneira da burguesia. Todo o terrorismo francês não foi mais do que uma maneira plebeia de se desfazer dos inimigos da burguesia, do absolutismo, do feudalismo e da tacahez pequeno-burguesa.

As revoluções de 1648 e de 1789 de modo algum foram revoluções inglesas ou francesas, foram revoluções de estilo europeu. Não foram a vitória de uma classe determinada da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia. Nelas, a burguesia venceu; mas a vitória da burguesia foi então a vitória de uma nova ordem social, a vitória da propriedade burguesa sobre a feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre a corporação, da divisão [da propriedade] sobre o morgadio, da dominação do proprietário da terra sobre o domínio do proprietário pela terra, das luzes sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 foi a vitória do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 a vitória do século XVIII sobre o século XVII. Estas revoluções exprimem mais ainda as necessidades do mundo de então do que das regiões do mundo em que se deram, a Inglaterra e a França.

Na revolução prussiana de Março nada disto ocorreu.

A revolução de Fevereiro tinha abolido a monarquia constitucional, na realidade, e a dominação burguesa, na ideia. A revolução prussiana de Março devia instituir a monarquia constitucional, na ideia, e a dominação burguesa, na realidade. Muito longe de ser uma revolução europeia, foi apenas a repercussão atrofiada de uma revolução europeia num país atrasado.

(...)

A burguesia alemã tinha-se desenvolvido tão indolente, covarde e lentamente que, no momento em que se contrapôs ameaçadoramente ao feudalismo e ao absolutismo, avistou frente a si própria, ameaçadores, o proletariado e todas as frações da população urbana cujos interesses são próximos do proletariado.

(...)

AS LUTAS DE CLASSES NA FRANÇA DE 1848 a 1850 – KARL MARX - 1 DE NOVEMBRO DE 1850

Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895⁶

⁶ A Introdução ao trabalho de K. Marx *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850* foi escrita por Engels para a edição em separado do trabalho, publicada em Berlim em 1895. Depois de mostrar a importância da análise do curso e das lições da revolução de 1848-1849, feita no trabalho de Marx, Engels dedica uma parte importante da sua introdução à generalização da experiência posterior da luta de classe do proletariado, particularmente na Alemanha. Engels sublinha no seu trabalho a necessidade da utilização revolucionária de todos os métodos legais com vista à preparação do proletariado para a revolução socialista, da hábil combinação da luta pela democracia com a luta pela revolução socialista, da submissão da primeira tarefa à segunda. Na sua introdução Engels fundamenta de novo a tese angular do marxismo sobre a escolha dos métodos táticos e das formas de luta de acordo com a situação histórica concreta, sobre a necessidade de substituir as formas pacíficas, preferíveis para o proletariado, de atividade revolucionária por formas não pacíficas, no caso de as classes dominantes reacionárias recorrerem à violência. Ao publicar a introdução, a Direção do Partido Socialdemocrata da Alemanha pediu com insistência a Engels que suavizasse o tom, demasiado revolucionário na opinião da Direção, do trabalho, e lhe desse uma forma mais cautelosa. Engels criticou a posição vacilante da direção do Partido, o seu desejo de "agir exclusivamente no quadro da legalidade". No entanto, obrigado a ter em conta as opiniões da Direção, Engels acedeu a omitir nas provas tipográficas uma série de passagens e a modificar algumas formulações. Nesta edição publica-se o texto integral da introdução. Ao mesmo tempo, certos dirigentes da socialdemocracia tentaram, com base neste trabalho, apresentar Engels como partidário da via exclusivamente pacífica, em quaisquer circunstâncias, de passagem do poder para a classe operária, como se Engels fosse um paladino da "legalidade a todo o custo". Profundamente indignado, Engels insistiu em que a sua introdução fosse publicada na revista *Neue Zeit*. No entanto, também aqui ela foi publicada com os mesmos cortes que o autor tivera que fazer na referida edição em separado. Mas mesmo com os cortes a introdução conserva inteiramente o seu carácter revolucionário. O texto integral da introdução de Engels foi publicado pela primeira vez na URSS em 1930, no livro de K. Marx *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*.

Aqui pelo contrário, tratou-se de demonstrar a conexão causal interna de acontecimentos ocorridos ao longo de um desenvolvimento de vários anos tão crítico quanto típico para toda a Europa, de reconduzir, portanto, no sentido do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas em última instância econômicas.

(...)

A primeira prova ocorreu quando, a partir da Primavera de 1850, Marx voltou a ter vagar para os estudos econômicos e empreendeu, em primeiro lugar, a história econômica dos últimos dez anos. Por este meio tornou-se-lhe completamente claro a partir dos próprios factos o que até então havia concluído meio aprioristicamente a partir de material cheio de lacunas: que a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da reforçada reação europeia.

(...)

"Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta." Isto foi também a única alteração essencial que foi necessário introduzir. Na interpretação dos acontecimentos dada nos capítulos anteriores, nas conexões causais aí estabelecidas, não havia absolutamente nada a alterar, conforme demonstra o prosseguimento da narrativa de 10 de Março até ao Outono de 1850 contida nesse mesmo quadro.

(...)

O que dá ainda ao nosso escrito um significado muito especial é a circunstância de que é ele que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade.

(...)

O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos. E este é um ponto que merece ser examinado mais de perto nesta oportunidade. Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada.

(...)

Não seria esta precisamente a situação em que uma revolução tinha de triunfar, dirigida, na verdade, por uma minoria, mas desta vez não no interesse da minoria, mas no interesse mais verdadeiro da maioria? Se em todos os períodos revolucionários mais longos as grandes massas populares podiam ser conquistadas com facilidade por meras imposturas plausíveis das minorias que empurram para diante, como haviam elas de ser menos acessíveis a ideias que eram o reflexo mais próprio da sua situação econômica, que outra coisa não eram senão a expressão clara e entendível das suas necessidades, necessidades que elas próprias ainda não entendiam e que apenas começavam a sentir de modo indefinido? Na verdade, esta disposição revolucionária das massas dera quase sempre lugar, e na maior parte das vezes muito rapidamente, a um cansaço ou mesmo a uma viragem em sentido contrário, logo que a ilusão se esfumava e o desencanto surgia. Aqui, porém, não se tratava de imposturas, mas sim da realização dos interesses mais verdadeiros da própria grande maioria, interesses que, anteriormente, de modo nenhum estavam claros para essa grande maioria, mas que em breve haviam de ficar suficientemente claros para ela no curso da realização prática, por meio de evidência convincente.

[E se, como se demonstra no terceiro artigo de Marx, na Primavera de 1850, o desenvolvimento da república burguesa, surgida da revolução "social" de 1848, concentrara a dominação efetiva nas mãos da grande burguesia — que além do mais tinha sentimentos monárquicos —, e, em contrapartida, agrupara em torno do proletariado todas as outras classes da sociedade, tanto camponeses como pequenos burgueses, de tal

modo que, durante e a seguir à vitória comum, não tinham de ser elas o fator decisivo mas sim o proletariado que aprendera com a experiência — não estariam então dadas todas as perspectivas para a transformação da revolução da minoria na revolução da maioria?

A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível do desenvolvimento económico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isto por meio da revolução económica que alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania em França, na Áustria, na Hungria, na Polónia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha num país industrial de primeira categoria. E tudo isto sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente esta revolução industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz às relações entre as classes. Foi ela que eliminou uma quantidade de formas intermédias que provinham do período manufatureiro e, na Europa Oriental, mesmo do artesanato corporativo, e que criou uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria ao mesmo tempo que os fazia passar ao primeiro plano do desenvolvimento social. E é isto que leva a luta destas duas grandes classes que, em 1848, fora da Inglaterra se limitava a Paris e, no máximo, a alguns grandes centros industriais, a estender-se por toda a Europa e a atingir uma intensidade ainda impensável em 1848. Nessa altura, os numerosos e confusos evangelhos das diferentes seitas com as suas panaceias; hoje, uma só teoria universalmente reconhecida, transparentemente clara, a teoria de Marx, que formula com precisão os fins últimos da luta. Nessa altura, as massas separadas e distintas por localidade e nacionalidade, ligadas unicamente pelo sofrimento comum, não desenvolvidas, oscilando perplexas entre o entusiasmo e o desespero; hoje um único grande exército internacional de socialistas, avançando sem cessar, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, discernimento e certeza na vitória. Mas o facto de que mesmo este poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa.

(...)

O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se-lhe um período de revoluções a partir de cima.

(...)

O seu imitador Bismarck adoptou essa mesma política para a Prússia. Fez o seu golpe de Estado, a sua revolução a partir de cima em 1866 contra a Confederação Germânica e a Áustria, e não menos contra a Câmara Dos Conflitos⁷ da Prússia. Porém, a Europa era demasiado pequena para dois Bonapartes e, assim, quis a ironia da história que Bismarck derrubasse Bonaparte e que o rei Guilherme da Prússia instaurasse não só o Império pequeno-alemão como também a República Francesa.

(...)

Depois da guerra de 1870/71 Bonaparte desaparece de cena e fica completa a missão de Bismarck, podendo este agora regressar ao seu lugar de vulgar Junker. Todavia é a Comuna de Paris que encerra este período. A pérfida tentativa de Thiers de roubar à Guarda Nacional⁸ de Paris os seus canhões, deu origem a uma sublevação vitoriosa. **Mais uma vez se provava que em Paris já não era possível outra revolução que não proletária.** Depois da vitória, o poder caiu por si mesmo, sem discussão, nas mãos do proletariado. E, de novo

⁷ Isto é: a Câmara da Prússia que entrou em seguida em conflito com o governo.

⁸ Guarda Nacional: milícia voluntária civil armada, com comandos eleitos, que existiu em França e em alguns outros Estados da Europa ocidental. Foi criada pela primeira vez em França em 1789, no início da revolução burguesa; existiu com intervalos até 1871. Em 1870-1871, a Guarda Nacional de Paris, para a qual entraram, nas condições da guerra franco-prussiana, amplas massas democratas, desempenhou um grande papel revolucionário. Criado em Fevereiro de 1871, o Comité Central da Guarda Nacional encabeçou a insurreição proletária de 18 de Março de 1871 e no período inicial da Comuna de Paris de 1871 exerceu (até 28 de Março) as funções de primeiro governo proletário da história. Depois do esmagamento da Comuna de Paris a Guarda Nacional foi dissolvida.

se mostrou como era ainda então impossível, vinte anos depois desse tempo descrito na nossa obra, esta dominação da classe operária. Por um lado, a França deixou Paris entregue a si mesma e observou como ela sangrava sob as balas de Mac-Mahon. Por outro lado, a Comuna consumia-se na luta estéril dos dois partidos que a dividiam: o dos **blanquistas** (maioria) e o dos **proudhonianos** (minoría), não sabendo nenhum deles o que devia fazer. E, assim, a vitória dada de presente em 1871 foi tão estéril quanto o ataque de surpresa de 1848.

(...)

Na França, é claro que eram necessários vários anos para que se recuperasse da sangria de Maio de 1871. Na Alemanha, pelo contrário, onde a indústria se desenvolvia rapidamente como uma planta de estufa devido além do mais aos abençoados milhares de milhões franceses, a socialdemocracia crescia ainda muito mais rápida e persistentemente. Graças ao discernimento com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal introduzido em 1866, o crescimento assombroso do partido surge abertamente aos olhos de todo o mundo em números indiscutíveis. Em 1871, 102 mil votos; em 1874, 352 mil; em 1877, 493 mil votos sociais-democratas. Seguiu-se o reconhecimento deste progresso por parte das altas esferas do poder na forma da lei antissocialista⁹. Como consequência, o partido ficou momentaneamente fragmentado e o número de votos baixou em 1881 para 312 mil. Todavia, isso depressa foi superado. Assim, sob pressão da lei de exceção, sem imprensa, sem organização exterior, sem direito de associação e de reunião, começou um período de rápida expansão: em 1884, 550 mil; em 1887, 763 mil; em 1890, 1.427 mil. E aí ficou paralisada a mão do Estado. A lei antissocialista desapareceu, o número de votos socialistas aumentou para 1.787 mil, mais de um quarto do total de votos expressos.

(...)

Deste modo, os operários alemães tinham prestado um segundo grande serviço à sua causa, além do primeiro que residia na sua simples existência como Partido Socialista, o partido mais forte, mais disciplinado e que mais rapidamente crescia. Tinha fornecido aos seus camaradas de todos os países uma nova arma, uma das mais cortantes, mostrando-lhes como se utiliza o sufrágio universal.

(...)

Os operários revolucionários dos países latinos tinham-se habituado a ver no sufrágio universal uma ratoeira, um instrumento de logro utilizado pelo governo. Na Alemanha, porém, as coisas eram diferentes. Já o Manifesto Comunista tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante, e Lassalle retomara este ponto. Quando Bismarck se viu obrigado a introduzir o direito de voto como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel para o primeiro Parlamento Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. Para utilizar as palavras do programa marxista francês, transformaram o direito de voto, de um meio de engano que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação¹⁰. E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quantos somos; de, pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e o pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa ação e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse esta a única vantagem do sufrágio universal isso já era mais que suficiente. Mas tem muitas outras. Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contato com as massas populares onde elas ainda se encontram distantes de

⁹ A lei antissocialista foi promulgada na Alemanha em 21 de Outubro de 1878. Segundo esta lei eram proibidas todas as organizações do partido socialdemocrata, as organizações operárias de massas, a imprensa operária, era confiscada a literatura socialista e os sociais-democratas eram reprimidos. Sob a pressão do movimento operário de massas a lei foi abolida em 1 de Outubro de 1890.

¹⁰ Engels cita a introdução teórica escrita por Marx para o programa do Partido Operário Francês, adoptado no Congresso do Havre em 1880.

nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e ações face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no Parlamento, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. De que serviu ao governo e à burguesia a sua lei antissocialista, se a agitação durante a campanha eleitoral e os discursos socialistas no Parlamento nela abriam brechas continuamente?

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. Assim, participou-se nas eleições para as Dietas provinciais, para os conselhos municipais, para os tribunais de artesãos, disputou-se à burguesia cada lugar quando para o preencher se fazia ouvir uma parte suficiente do proletariado. E, desse modo, aconteceu que tanto a burguesia como o governo vieram a ter mais medo da ação legal do que da ilegal do partido operário, a recear mais os êxitos eleitorais do que os da rebelião.

De facto, também aqui as condições de luta se tinham alterado essencialmente. A rebelião de velho estilo, a luta de ruas com barricadas, que até 1848 tinha sido decisiva em toda a parte, tornou-se consideravelmente antiquada.

(...)

Os inúmeros êxitos dos insurrectos até 1848 são devidos a causas muito variadas. Em Paris, em Julho de 1830 e Fevereiro de 1848, como na maior parte das lutas de rua em Espanha, havia entre os insurrectos e a tropa uma milícia civil que ou se punha diretamente do lado da rebelião ou tomava uma atitude tibia e indecisa que levava as tropas a vacilar, e, além disso, fornecia armas à rebelião. Onde esta milícia se colocava logo contra a rebelião, esta estava perdida, como aconteceu em Paris em Junho de 1848.

(...)

Do lado dos insurrectos, pelo contrário, pioraram todas as condições. Dificilmente se dará de novo uma insurreição com a qual todas as camadas do povo simpatizem; na luta de classes nunca se agruparão provavelmente em torno do proletariado todas as camadas médias de um modo tão exclusivo que o partido da reação congregado em redor da burguesia quase desapareça comparativamente.

(...)

O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho; e esse trabalho é precisamente o que agora estamos realizando e com um êxito que leva os nossos adversários ao desespero.

Também nos países latinos se compreende cada vez mais que é necessário rever a velha tática. Por toda a parte se imitou o exemplo alemão do emprego do direito de voto, da conquista de todos os lugares que nos são acessíveis, por toda a parte passou para segundo plano o ataque sem preparação. Na França, onde desde há mais de cem anos o terreno está minado por revolução atrás de revolução, onde não existe um único partido que não tenha no seu ativo conspirações, insurreições e todas as outras ações revolucionárias; na França, onde, em consequência disso, o exército de modo nenhum é seguro para o governo e onde as condições para um golpe de mão insurrecional são muito mais favoráveis do que na Alemanha — mesmo na França os socialistas percebem cada vez melhor que não lhes é possível uma vitória duradoura a não ser que antecipadamente ganhem para si a grande massa do povo, isto é, neste caso os camponeses. Também aqui

se reconhece que a tarefa imediata do partido é um lento trabalho de propaganda e de atividade parlamentar.

(...)

Os dois milhões de eleitores que envia às urnas, juntamente com os jovens e as mulheres que, não votando, se encontram por detrás deles, constituem a massa mais numerosa, mais compacta, a "força de choque" decisiva do exército proletário internacional. Essa massa lança já hoje nas urnas um quarto dos votos expressos; e, como demonstram as eleições suplementares para o Reichstag, as eleições para as dietas dos diferentes Estados, as eleições para os conselhos municipais e as eleições para os tribunais de artesãos, ela cresce sem cessar. O seu crescimento dá-se tão espontaneamente, tão constantemente, tão imparavelmente e, ao mesmo tempo, tão tranquilamente como um processo da natureza. Todas as intervenções do governo provaram nada conseguir contra ele. Já podemos contar com 2 milhões e 250 mil eleitores. Se isto continuar assim, conquistaremos até o fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequenos burgueses como os pequenos camponeses, e transformar-nos-emos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não, terão de se inclinar. Manter ininterruptamente este crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda esta força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até ao dia da decisão, é a nossa principal tarefa.

(...)

Faz hoje quase 1600 anos que no Império Romano atuava também um perigoso partido subversivo. Esse partido minava a religião e todos os fundamentos do Estado; negava sem rodeios que a vontade do imperador fosse a lei suprema; era um partido sem pátria, internacional, estendia-se por todo o Império desde a Gália à Ásia e mesmo para lá das fronteiras imperiais. Durante muito tempo minara às escondidas, sob a terra. Todavia, já há muito tempo que se considerava suficientemente forte para aparecer à luz do dia. Esse partido subversivo, que era conhecido pelo nome de cristãos, tinha também uma forte representação no exército; legiões inteiras eram cristãs. Quando lhes ordenavam que estivessem presentes nas cerimónias sacrificiais da igreja oficial, para aí prestarem as honras, esses soldados subversivos levavam o seu atrevimento tão longe que, como protesto, punham no capacete uns distintivos especiais: cruces. Mesmo os vulgares castigos dos quartéis pelos seus superiores não surtiam qualquer efeito. O imperador Diocleciano já não podia assistir tranquilamente a quebra da ordem, da obediência e da disciplina dentro do seu exército. Interveio energicamente porque ainda era tempo para isso. Emitiu uma lei contra os socialistas, queria dizer, uma lei contra os cristãos. Foram proibidas as reuniões de subversivos, os locais de reunião encerrados ou demolidos, os símbolos cristãos, cruces, etc, proibidos, como na Saxónia os lenços vermelhos. Os cristãos foram declarados incapacitados para ocuparem cargos públicos, e nem sequer podiam ser cabos. Como nessa altura não se dispunha de juizes tão bem amestrados no respeitante à "consideração da pessoa" como o pressupõe o projeto de lei contra a subversão do senhor Herrn von Köller, proibiu-se sem mais rodeios os cristãos de defender os seus direitos perante o tribunal. Mas até esta lei de excepção não teve êxito. Os cristãos arrancaram-na dos muros, escarnecendo dela, e diz-se mesmo que deitaram fogo ao palácio, em Nicomédia, nas barbas do imperador. Este vingou-se com a grande perseguição aos cristãos do ano 303 da nossa era. Foi a última no seu género. E foi tão eficaz que dezessete anos mais tarde o exército era composto predominantemente por cristãos e o autocrata de todo o Império Romano que se lhe seguiu, Constantino, chamado pelos padres o Grande, proclamou o cristianismo religião de Estado.

Londres, 6 de Março de 1895

CAPÍTULO I — A derrota de Junho de 1848 - De Fevereiro a Junho de 1848

A seguir à revolução [de Julho de 1830], o banqueiro liberal Laffitte, ao conduzir em triunfo para o Hôtel de Ville o seu compadre, o duque de Orléans teceu este comentário: "Agora o reino dos banqueiros vai começar." Laffitte traíra o segredo da revolução.

Porém, sob Louis-Philippe não era a burguesia francesa quem dominava. Quem dominava era apenas uma fração dela: banqueiros, reis da Bolsa, reis das ferrovias, proprietários de minas de carvão e de ferro e de florestas e uma parte da propriedade fundiária aliada a estes, a chamada aristocracia financeira. Era ela quem ocupava o trono, quem ditava leis nas Câmaras, quem distribuía os cargos públicos desde o ministério até à administração dos tabacos.

A burguesia industrial propriamente dita constituía uma parte da oposição oficial, isto é, estava representada nas Câmaras apenas como minoria.

(...)

Tanto a pequena burguesia, em todas as suas gradações, como a classe camponesa estavam totalmente excluídas do poder político.

(...)

A praga da batata e as más colheitas de 1845 e 1846 aumentaram a efervescência geral do povo. A carestia de 1847 fez estalar conflitos sangrentos não só em França como no resto do Continente. Frente às escandalosas orgias da aristocracia financeira — a luta do povo pelos bens de primeira necessidade! Em Buzançais, os amotinados da fome executados¹¹; em Paris, escroques de barriga cheia arrancados aos tribunais pela família real!

O segundo grande acontecimento económico que acelerou o rebentar da revolução foi uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra. Anunciada já no Outono de 1845 pela derrota maciça dos especuladores em ações das ferrovias, retardada durante o ano de 1846 por uma série de casos pontuais, como a iminente abolição das taxas aduaneiras sobre os cereais, acabou por eclodir no Outono de 1847 com a bancarrota dos grandes mercadores coloniais londrinos, seguida de perto pela falência dos bancos provinciais e pelo encerramento das fábricas nos distritos industriais ingleses. Ainda os efeitos desta crise não se tinham esgotado no continente e já rebentava a revolução de Fevereiro.

A devastação que a epidemia económica causara no comércio e na indústria tornou ainda mais insuportável a dominação exclusiva da aristocracia financeira. Em toda a França, a burguesia oposicionista promoveu agitação de banquetes por uma reforma eleitoral que lhe conquistasse a maioria nas Câmaras e derrubasse o ministério da Bolsa. Em Paris, a crise industrial teve ainda como consequência especial lançar para o comércio interno uma massa de fabricantes e grandes comerciantes que, nas circunstâncias presentes, já não podiam fazer negócios no mercado externo. Estes abriram grandes estabelecimentos cuja concorrência arruinou em massa merceeiros e lojistas. Daí um sem-número de falências nesta parte da burguesia parisiense, daí a sua entrada revolucionária em cena em Fevereiro. É conhecido como Guizot e as Câmaras responderam a estas propostas de reforma com um inequívoco desafio; como Louis-Philippe se decidiu demasiado tarde por um ministério Barrot; como estalaram escaramuças entre o povo e o exército; como o exército foi desarmado pela atitude passiva da Guarda Nacional, como a monarquia de Julho teve de ceder o lugar a um governo provisório.

O Governo provisório que se ergueu nas barricadas de Fevereiro espelhava necessariamente na sua composição os diferentes partidos entre os quais se repartia a vitória. Não podia, pois, ser outra coisa senão um compromisso das diferentes classes que, conjuntamente, tinham derrubado o trono de Julho, mas cujos interesses se opunham hostilmente. A sua grande maioria compunha-se de representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana estava representada por Ledru-Rollin e Flocon; a burguesia republicana por gente do National¹²; a oposição dinástica por Crémieux, Dupont de l'Eure, etc. A classe operária tinha apenas dois representantes: Louis Blanc e Albert. Por fim, a presença de Lamartine no Governo provisório — isso

¹¹ Em Buzançais (departamento de Indre), na Primavera de 1847, por iniciativa dos operários famintos e dos habitantes das aldeias vizinhas, foram assaltados armazéns de víveres pertencentes a especuladores; isto deu lugar a um sangrento choque da população com a tropa. Os acontecimentos de Buzançais provocaram uma cruel repressão governamental: quatro participantes diretos nos acontecimentos foram executados em 16 de Abril de 1847, e muitos outros foram condenados a trabalhos forçados.

¹² Le National (O Nacional): jornal francês que se publicou em Paris de 1830 a 1851; órgão dos republicanos burgueses moderados. Os mais destacados representantes desta corrente no Governo Provisório eram Marrast, Bastide e Garnier-Pagès.

não era a princípio um interesse real, uma classe determinada: era a própria revolução de Fevereiro, o seu levantamento comum com as suas ilusões, a sua poesia, o seu conteúdo imaginário, as suas frases. De resto, o porta-voz da revolução de Fevereiro, pela sua posição como pelas suas opiniões, pertencia à burguesia.

Se é Paris, em consequência da centralização política, que domina a França, em momentos de convulsões revolucionárias são os operários que dominam Paris. O primeiro ato da vida do Governo provisório foi a tentativa de se subtrair a esta influência predominante por um apelo da Paris embriagada à França sóbria. Lamartine contestou aos combatentes das barricadas o direito de proclamar a República, só a maioria dos franceses seria competente para tal; haveria que esperar que ela se manifestasse pelo voto, o proletariado parisiense não deveria manchar a sua vitória com uma usurpação. A burguesia permite ao proletariado uma única usurpação: a da luta.

Ao meio-dia de 25 de Fevereiro a República ainda não tinha sido proclamada; em contrapartida, já todos os ministérios se encontravam distribuídos entre os elementos burgueses do Governo provisório e entre os generais, banqueiros e advogados do National. Os operários, porém, desta vez, estavam decididos a não tolerar uma escamoteação semelhante à de Julho de 1830. Estavam prontos a retomar a luta e a impor a República pela força das armas. Foi com esta mensagem que Raspail se dirigiu ao Hôtel de Ville. Em nome do proletariado de Paris ordenou ao Governo provisório que proclamasse a República. Se dentro de duas horas esta ordem do povo não tivesse sido cumprida, ele regressaria à frente de 200 mil homens.

(...)

Com a proclamação da República com base no sufrágio universal extinguiu-se até a recordação dos objetivos e motivos limitados que haviam atirado a burguesia para a revolução de Fevereiro.

(...)

A República de Fevereiro teve isso sim de começar por consumir a dominação da burguesia fazendo entrar, ao lado da aristocracia financeira, todas as classes possuidoras para o círculo do poder político. A maioria dos grandes proprietários fundiários, os legitimistas, foram emancipados da nulidade política a que a monarquia de Julho os havia condenado. Não fora em vão que a Gazette de France¹³ fizera agitação juntamente com os jornais oposicionistas; não fora em vão que La Rochejaquelein tomara o partido da revolução na sessão da Câmara dos Deputados de 24 de Fevereiro. Através do sufrágio universal, os proprietários nominais, que constituem a grande maioria dos Franceses, os camponeses, passaram a ser os árbitros do destino da França. Ao destronar a coroa, atrás da qual o capital se mantinha escondido, a República de Fevereiro fez que, finalmente, a dominação da burguesia se manifestasse na sua pureza.

Tal como nas jornadas de Julho os operários tinham conquistado a monarquia burguesa, nas jornadas de Fevereiro conquistaram a república burguesa. Tal como a monarquia de Julho fora obrigada a anunciar-se como uma monarquia rodeada por instituições republicanas, assim a República de Fevereiro foi obrigada a anunciar-se como uma república rodeada por instituições sociais. O proletariado parisiense forçou também esta concessão.

(...)

Os operários tinham feito a revolução de Fevereiro juntamente com a burguesia; ao lado da burguesia procuravam fazer valer os seus interesses, tal como tinham instalado um operário no próprio Governo provisório ao lado da maioria burguesa.

(...)

Do mesmo modo que os operários acreditaram poder emancipar-se aliados com a burguesia, também julgaram poder realizar uma revolução proletária dentro das fronteiras nacionais da França, ao lado das restantes nações burguesas. As relações de produção da França, porém, estão condicionadas pelo seu

¹³ La Gazette de France (A Gazeta de França): jornal que se publicou em Paris desde 1631 até aos anos 40 do século XIX; órgão dos legitimistas, partidários da restauração da dinastia dos Bourbons.

comércio externo, pelo seu lugar no mercado mundial e pelas leis deste. Como é que a França as romperia sem uma guerra revolucionária europeia que tivesse repercussões sobre o déspota do mercado mundial, a Inglaterra?

Uma classe em que se concentram os interesses revolucionários da sociedade encontra imediatamente na sua própria situação, mal se ergue, o conteúdo e o material da sua atividade revolucionária: bater inimigos, lançar mão de medidas ditadas pela necessidade da luta; as consequências dos seus próprios atos empurram-na para diante. Não procede a estudos teóricos sobre a sua própria tarefa. A classe operária francesa não se encontrava ainda neste ponto. Era ainda incapaz de levar a cabo a sua própria revolução.

O desenvolvimento do proletariado industrial está, em geral, condicionado pelo desenvolvimento da burguesia industrial. Só sob a dominação desta ganha a larga existência nacional capaz de elevar a sua revolução a uma revolução nacional; só então cria, ele próprio, os meios de produção modernos que se tornam noutros tantos meios da sua libertação revolucionária. A dominação daquela arranca então as raízes materiais da sociedade feudal e aplanar o terreno no qual, e só aí, é possível uma revolução proletária. A indústria francesa é mais evoluída e a burguesia francesa é mais desenvolvida revolucionariamente do que a do resto do continente. Mas a revolução de Fevereiro, não foi ela diretamente dirigida contra a aristocracia financeira? Este facto demonstrou que a burguesia industrial não dominava a França. A burguesia industrial só pode dominar onde a indústria moderna dá às relações de propriedade a forma que lhe corresponde. A indústria só pode alcançar este poder onde conquistou o mercado mundial, pois as fronteiras nacionais são insuficientes para o seu desenvolvimento. A indústria francesa, porém, em grande parte, só assegura o seu próprio mercado nacional através de um proteccionismo mais ou menos modificado. Por conseguinte, se o proletariado francês no momento de uma revolução em Paris possui efetivamente força e influência que o estimulam a abalançar-se para além dos seus meios, no resto da França encontra-se concentrado em centros industriais dispersos, quase desaparecendo sob um número muito superior de camponeses e pequenos burgueses. A luta contra o capital, na sua forma moderna desenvolvida, no seu fator decisivo, a luta do operário assalariado industrial contra o burguês industrial, é na França um fato parcial que, depois das jornadas de Fevereiro, podia tanto menos fornecer o conteúdo nacional à revolução quanto a luta contra os modos subordinados da exploração do capital, a luta do camponês contra a usura e a hipoteca, do pequeno burguês contra os grandes comerciantes, banqueiros fabricantes, numa palavra, contra a bancarrota, estava ainda embrulhada na sublevação geral contra a aristocracia financeira. Portanto, é mais do que explicável que o proletariado de Paris procurasse fazer valer o seu interesse ao lado do da burguesia, em vez de o fazer valer como o interesse revolucionário da própria sociedade, que deixasse cair a bandeira vermelha diante da tricolor¹⁴. Os operários franceses não podiam dar um único passo em frente, tocar num só cabelo da ordem burguesa, enquanto o curso da revolução não tivesse revoltado a massa da nação situada entre o proletariado e a burguesia, os camponeses e os pequenos burgueses, contra esta ordem, contra a dominação do capital, e a não tivesse obrigado a juntar-se aos proletários como seus combatentes de vanguarda. Só à custa da tremenda derrota de Junho¹⁵ puderam os operários alcançar esta vitória.

(...)

Esta cômoda abstração dos antagonismos de classes, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, esta visionária elevação acima da luta de classes, a fraternidade era na verdade a palavra-chave da revolução de Fevereiro. As classes estavam divididas por um simples mal-entendido. Em 24 de Fevereiro, Lamartine batizou assim o Governo provisório: "um governo que acaba com esse mal-entendido

¹⁴ Nos primeiros dias de existência da República Francesa colocou-se a questão da escolha da bandeira nacional. Os operários revolucionários de Paris exigiram que se declarasse insígnia nacional a bandeira vermelha, que foi arvorada nos subúrbios operários de Paris durante a insurreição de Junho de 1832. Os representantes da burguesia insistiram na bandeira tricolor (azul, branco e vermelho), que foi a bandeira da França no período da revolução burguesa de fins do século XVIII e do Império de Napoleão I. Já antes da revolução de 1848 esta bandeira tinha sido o emblema dos republicanos burgueses, agrupados em torno do jornal *Le National*. Os representantes dos operários viram-se obrigados a aceder que a bandeira tricolor fosse declarada a bandeira nacional da República Francesa. No entanto, à haste da bandeira foi acrescentada uma roseta vermelha.

¹⁵ Insurreição de Junho: heroica insurreição dos operários de Paris em 23-26 de Junho de 1848, esmagada com excepcional crueldade pela burguesia francesa. Esta insurreição foi a primeira grande guerra civil da história entre o proletariado e a burguesia.

terrível que existe entre as diferentes classes". O proletariado de Paris embebedou-se nesta generosa embriaguez de fraternidade.

Para eles a república não passava de um novo traje de baile para a velha sociedade burguesa. A jovem república procurava o seu principal mérito em não assustar ninguém, antes assustando-se constantemente, cedendo, não resistindo, a fim de, com a sua falta de resistência assegurar existência à sua existência e desarmar a resistência. Foi dito bem alto, no interior, às classes privilegiadas, e às potências despóticas, no exterior, que a república era de natureza pacífica.

(...)

O proletariado de Paris, que via na república a sua própria obra, aclamava, naturalmente, todos os atos do Governo provisório que faziam com que este se afirmasse com mais facilidade na sociedade burguesa.

(...)

Por conseguinte, antes de rebentar a revolução de Fevereiro o crédito privado estava paralisado, a circulação obstruída, a produção interrompida. A crise revolucionária intensificou a comercial.

(...)

O crédito público e o crédito privado são o termómetro económico pelo qual se pode medir a intensidade de uma revolução. No mesmo grau em que estes descem, sobem o ardor e a força criadora da revolução.

(...)

Entretanto, o Governo provisório vergava-se sob o pesadelo de um déficit crescente. Em vão mendigava sacrifícios patrióticos. Apenas os operários lhe atiravam esmolas. Era necessário um gesto de heroísmo, o lançamento de um novo imposto. Mas lançar impostos sobre quem? Sobre os tubarões da Bolsa, os reis da Banca, os credores do Estado, os rentistas, os industriais? Não era este o meio da república cativar as simpatias da burguesia. Isto significava, por um lado, fazer perigar o crédito do Estado e o crédito comercial enquanto, por outro, se procurava obtê-los com tão pesados sacrifícios e humilhações. Mas alguém tinha de pagar a fatura. E quem foi sacrificado ao crédito burguês? Jacques le bonhomme¹⁶, o camponês.

(...)

Na verdade, porém, esse imposto atingia sobretudo a classe camponesa, isto é, a grande maioria do povo francês. Os camponeses tiveram de pagar os custos da revolução de Fevereiro, neles a contrarrevolução ganhou o seu material mais importante. O imposto de 45 cêntimos era uma questão de vida ou de morte para o camponês francês e este fez dele uma questão de vida ou de morte para a república. A partir desse momento, para o camponês, a república era o imposto dos 45 cêntimos, e no proletariado de Paris ele via o perdulário que vivia comodamente à sua custa.

(...)

A revolução de Fevereiro tinha atirado o exército para fora de Paris. A Guarda Nacional, isto é, a burguesia nas suas diferentes gradações, constituía a única força. Contudo, não se sentia suficientemente forte para enfrentar o proletariado. Além disso, fora obrigada, ainda que opondo a mais tenaz das resistências e levantando inúmeros obstáculos, a abrir, pouco a pouco, e em pequena escala, as suas fileiras e a deixar que nelas entrassem proletários armados. Restava, portanto, apenas uma saída: opor uma parte do proletariado à outra.

Para esse fim o Governo provisório formou 24 batalhões de Guardas Móveis, cada um deles com mil homens, cujas idades iam dos 15 aos 20 anos. Na sua maioria pertenciam ao lumpenproletariado, que em todas as

¹⁶ Em francês no texto: Jacques o simples, nome depreciativo com que os nobres designavam os camponeses na França. (Nota da edição portuguesa.)

grandes cidades constitui uma massa rigorosamente distinta do proletariado industrial, um centro de recrutamento de ladrões e criminosos de toda a espécie que vivem da escória da sociedade...

(...)

Assim, contrapôs-se ao proletariado de Paris, e recrutado no seu próprio seio, um exército de 24 mil jovens robustos e audaciosos. O proletariado saudou com vivas a Guarda Móvel nos seus desfiles pelas ruas de Paris. Reconhecia nela os seus campeões nas barricadas. Via nela a guarda proletária em oposição à Guarda Nacional burguesa. O seu erro era perdoável.

A par da Guarda Móvel o governo decidiu ainda rodear-se dum exército industrial de operários. O ministro Marie recrutou para as chamadas Oficinas Nacionais cem mil operários que a crise e a revolução haviam atirado para a rua. Debaixo daquela pomposa designação não se escondia senão a utilização dos operários para aborrecidas, monótonas e improdutivas obras de aterro a um salário diário de 23 sous. Workhouses¹⁷ inglesas ao ar livre — estas oficinas nacionais não eram mais do que isto. O Governo provisório pensava que com elas tinha criado um segundo exército proletário contra os próprios operários. Desta vez, a burguesia enganou-se com as oficinas nacionais como os operários se tinham enganado com a Guarda Móvel. O governo tinha criado um exército para o motim. Um objetivo, porém, fora conseguido.

(...)

Ao mesmo tempo todo o mal-estar, todo o descontentamento dos pequenos burgueses dirigia-se contra estas Oficinas Nacionais, o alvo comum. Com verdadeira raiva calculavam as somas que os proletários devoravam, enquanto a sua própria situação se tornava, dia a dia, mais insustentável. Uma pensão do Estado para um trabalho fingido, eis o socialismo! — resmungavam.

(...)

No dia 4 de Maio reuniu-se a Assembleia Nacional saída das eleições gerais diretas. O sufrágio universal não possuía o poder mágico que os republicanos da velha guarda acreditavam que tinha. Em toda a França, pelo menos na maioria dos franceses, viam eles cidadãos com os mesmos interesses, o mesmo discernimento, etc.

(...)

A República, isto é, a república reconhecida pelo povo francês, data de 4 de Maio e não de 25 de Fevereiro. Não é a república que o proletariado de Paris impôs ao Governo provisório; não é a república com instituições sociais; não é o sonho que pairava perante os olhos dos combatentes das barricadas. A república proclamada pela Assembleia Nacional, a única república legítima, é a república que não é uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes a reconstituição política desta, a consolidação política da sociedade burguesa, numa palavra: a república burguesa. Esta afirmação ressoou alto da tribuna da Assembleia Nacional e encontrou eco em toda a imprensa burguesa republicana e antirrepublicana.

Vimos como, na verdade, a república de Fevereiro não era senão, e não podia deixar de o ser, uma república burguesa; como, porém, o Governo provisório, sob a pressão imediata do proletariado, fora obrigado a anunciá-la como uma república com instituições sociais; como o proletariado parisiense era ainda incapaz de ir além da república burguesa a não ser na representação e na fantasia; como ele agiu ao seu serviço em toda a parte em que verdadeiramente passou à ação; como as promessas que lhe haviam sido feitas se tornaram num perigo insuportável para a nova república; como todo o processo de vida do Governo provisório se resumiu a uma luta contínua contra as reivindicações do proletariado.

Na Assembleia Nacional era a França inteira que julgava o proletariado parisiense em tribunal. Ela rompeu imediatamente com as ilusões sociais da república de Fevereiro e proclamou sem rodeios a república

¹⁷ Segundo a "lei sobre os pobres" inglesa, só era admitida uma forma de ajuda aos pobres: o seu alojamento em casas de trabalho (workhouses), com um regime prisional; os operários realizavam aí trabalhos improdutivos, monótonos e extenuantes; estas casas de trabalho foram designadas pelo povo de "bastilhas para os pobres"

burguesa como república burguesa, única e exclusivamente. Expulsou imediatamente da Comissão Executiva, por ela nomeada, os representantes do proletariado, Louis Blanc e Albert. Repudiou a proposta de um ministério do Trabalho especial e recebeu com tempestade de aplausos a declaração do ministro Trélat:

"Trata-se agora apenas de reconduzir o trabalho às suas antigas condições."

Tudo isto, porém, não bastava. A república de Fevereiro fora conquistada pela luta dos operários com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários consideravam-se, pois, com razão, os vencedores de Fevereiro e apresentaram as altivas exigências do vencedor. Era preciso que os proletários fossem derrotados na rua, era preciso mostrar-lhes que sucumbiriam logo que combatessem não com a burguesia, mas contra a burguesia. Assim como a república de Fevereiro com as suas concessões socialistas tivera necessidade de uma batalha do proletariado unido à burguesia contra a realeza, assim agora se tornava necessária uma nova batalha para separar a república das concessões socialistas, para se conseguir que a república burguesa fosse oficialmente o regime dominante. A burguesia tinha, pois, de, com as armas na mão, se opor às reivindicações do proletariado. E o verdadeiro berço da república burguesa não é a vitória de Fevereiro mas sim a derrota de Junho.

O proletariado acelerou esta decisão quando a 15 de Maio invadiu a Assembleia Nacional e procurou, sem êxito, reconquistar a sua influência revolucionária. Mas apenas obteve como resultado que os seus enérgicos chefes fossem entregues aos carcereiros da burguesia¹⁸.

(...)

Aos operários não restava escolha: ou morriam à fome ou iniciavam a luta. Responderam, em 22 de Junho, com a imensa insurreição na qual se travou a primeira grande batalha entre ambas as classes em que se divide a sociedade moderna. Foi uma luta pela manutenção ou destruição da ordem burguesa. O véu que encobria a república rasgou-se.

É conhecido como os operários, dando provas de uma coragem e genialidade inauditas, sem chefes, sem um plano comum, sem meios e sem armas na sua maioria, mantiveram em respeito durante cinco dias o exército, a Guarda Móvel, a Guarda Nacional de Paris e a Guarda Nacional que fora enviada em massa da província. É conhecida a brutalidade inaudita com que a burguesia se desforrou do medo mortal que tinha passado e massacrado mais de 3 mil prisioneiros.

(...)

"...A revolução de Fevereiro foi a revolução bela, a revolução da simpatia universal, porque as oposições que nela eclodiram contra a realeza se encontraram uma ao lado da outra, tranquilamente adormecidas, não desenvolvidas, porque a luta social que constituía o seu pano de fundo apenas tinha obtido uma existência de ar, a existência da frase, da palavra. A revolução de Junho é a revolução feia, a revolução repugnante, porque o ato substituiu a palavra, porque a república pôs a descoberto a cabeça do próprio monstro ao derrubar a coroa que o protegia e ocultava." (N. Rh. Z, 29 de Junho de 1848.)(23*)

(...)

O proletariado de Paris foi obrigado pela burguesia à insurreição de Junho. Já nisto havia a sentença que o condenava. Nem a sua necessidade imediata e confessada o levava a querer derrubar violentamente a burguesia, nem estava à altura de tal tarefa. O *Monitor* teve de fazer-lhe saber oficialmente que o tempo em que a república se vira obrigada a prestar homenagem às suas ilusões já tinha passado, e só a sua derrota o convenceu desta verdade: que, no seio da república burguesa, a mais pequena melhoria da sua situação é uma utopia, uma utopia que passa a ser crime logo que queira realizar-se. Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar

¹⁸ Em 15 de Maio de 1848, durante uma manifestação popular, os operários e artesãos de Paris penetraram na sala de sessões da Assembleia Constituinte, declararam-na dissolvida e formaram um governo revolucionário. No entanto, os manifestantes foram rapidamente dispersos pela Guarda Nacional e pela tropa. Os dirigentes dos operários (Blanqui, Barbes, Albert, Raspail, Sobrier e outros) foram presos.

a república de Fevereiro a conceder, surgia agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!

(...)

Com o proletariado provisoriamente afastado do palco, com a ditadura burguesa reconhecida oficialmente, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe dos camponeses tiveram de se ligar cada vez mais ao proletariado na medida em que a sua situação se tornava mais insuportável e a sua oposição em relação à burguesia se tornava mais dura. Tinha agora de encontrar a razão das suas misérias na derrota daquele tal como outrora a haviam encontrado no seu ascenso.

(...)

Finalmente, a derrota de Junho revelou às potências despóticas da Europa o segredo de que a França tinha de manter a todo o custo a paz com o exterior a fim de no interior levar a cabo a guerra civil. Assim, os povos que tinham iniciado a luta pela sua independência nacional foram abandonados à prepotência da Rússia, da Áustria e da Prússia, mas, ao mesmo tempo, o destino destas revoluções nacionais ficava sujeito à sorte da revolução proletária e despojado da sua aparente autonomia, da sua independência face à grande transformação social. O húngaro não será livre, nem o polaco, nem o italiano enquanto o operário for escravo!

Por fim, com as vitórias da Santa Aliança, a Europa adquiriu uma forma que faz imediatamente coincidir cada nova sublevação proletária em França com uma guerra mundial. A nova revolução francesa é obrigada a deixar imediatamente o solo nacional e a conquistar o terreno europeu, o único em que a revolução social do século XIX pode ser levada a cabo.

Portanto, só através da derrota de Junho foram criadas todas as condições no seio das quais a França pode tomar a iniciativa da revolução europeia. Só empapada no sangue dos insurrectos de Junho a tricolor se tornou bandeira da revolução europeia — bandeira vermelha!

E nós gritamos: A revolução morreu! Viva a revolução!

II — O 13 de Junho de 1849 - de Junho de 1848 a 13 de Junho de 1849

O 25 de Fevereiro de 1848 tinha outorgado a república à França; o 25 de Junho impôs-lhe a revolução. E depois de Junho revolução significava: transformação da sociedade burguesa, enquanto antes de Fevereiro tinha significado: transformação da forma de Estado.

(...)

Com a quebra do poder revolucionário dos operários quebrou-se ao mesmo tempo a influência política dos republicanos democráticos, isto é, dos republicanos no sentido da pequena burguesia, representados na Comissão Executiva por Ledru-Rollin, na Assembleia acional Constituinte pelo partido da Montagne¹⁹ e na imprensa pela Reforme²⁰. Em 16 de Abril²¹ tinham conspirado juntamente com os republicanos burgueses contra o proletariado e nas jornadas de Junho tinham-no combatido juntamente com eles.

¹⁹ Em francês no texto: Montanha. A par do nome francês, Marx usa também no original a palavra alemã (Berg). Neste último caso traduzimos diretamente no texto por Montanha. (Nota da edição portuguesa.)

²⁰ Trata-se dos democratas republicanos pequeno-burgueses e dos socialistas pequeno-burgueses, partidários do jornal francês La Reforme (A Reforma), publicado em Paris entre 1843 e 1850. Defendiam a instauração da república e a realização de reformas democráticas e sociais.

²¹ Em 16 de Abril de 1848 em Paris uma manifestação pacífica de operários que iam entregar uma petição ao Governo Provisório sobre a "organização do trabalho" e a "abolição da exploração do homem pelo homem" foi detida pela Guarda Nacional burguesa, especialmente mobilizada para este fim.

Assim, eles próprios tinham feito saltar o plano recuado donde o seu partido emergira como uma força, pois a pequena burguesia só se pode afirmar revolucionariamente contra a burguesia quando o proletariado está por detrás dela.

(...)

Se se tratava de afirmar a forma da república burguesa, ela dispunha dos votos dos republicanos democráticos; se se tratava do conteúdo, a sua própria maneira de falar já não a separava das frações burguesas realistas, pois os interesses da burguesia, as condições materiais da sua dominação de classe e exploração de classe constituem precisamente o conteúdo da república burguesa.

Não era, portanto, o monarquismo, mas o republicanismo burguês que se realizava na vida e nos atos desta Assembleia Constituinte que finalmente nem morria nem era morta, mas apodrecia.

Ao longo de toda a duração da sua dominação enquanto representava no cenário a ação principal, representava-se ao fundo da cena uma ininterrupta celebração sacrificial: as contínuas condenações pelos tribunais marciais dos insurrectos de Junho presos ou a sua deportação sem julgamento. A Assembleia Constituinte teve o tato de confessar que, quanto aos insurrectos de Junho, não julgava criminosos mas esmagava inimigos.

(...)

Louis Blanc e Caussidière foram entregues aos tribunais. A Assembleia Nacional completou o trabalho do seu próprio saneamento que iniciara a 15 de Maio.

O plano concebido pelo Governo provisório e retomado por Goudchaux de um imposto sobre o capital — na forma de um imposto sobre hipotecas — foi rejeitado pela Assembleia Constituinte; a lei que limitava o tempo de trabalho a 10 horas foi revogada: a prisão por dívidas, restabelecida; a grande parte da população francesa que não sabia ler nem escrever foi excluída da admissão em júris. Porque não também do sufrágio? A caução para os jornais foi introduzida de novo e o direito de associação limitado.

Todavia, na sua pressa de restituir as antigas garantias às antigas relações burguesas e eliminar todos os traços que as ondas da revolução tinham deixado, os republicanos burgueses encontraram uma resistência que ameaçava com um perigo inesperado.

Ninguém nas jornadas de Junho tinha lutado com mais fanatismo pela salvação da propriedade e pelo restabelecimento do crédito do que os pequenos burgueses de Paris: donos de cafés, de restaurantes, comerciantes de vinho, pequenos comerciantes, merceeiros, artesãos, etc. Os lojistas uniram-se e marcharam contra a barricada para restabelecer a circulação que vem da rua para a boutique. Atrás da barricada, porém, estavam os clientes e os devedores, à frente dela encontravam-se os credores da boutique. E quando as barricadas foram derrubadas e os operários esmagados e os donos das lojas, ébrios com a vitória, se precipitaram para as suas lojas, encontraram a entrada barricada por um salvador da propriedade, um agente oficial do crédito, jogando-lhes na cara a cobrança: Letra vencida! Renda vencida! Título de dívida vencido! Loja vencida! Lojista vencido!

(...)

Os pequenos burgueses reconheceram com pavor que, ao derrotarem os operários, se tinham entregue sem resistência nas mãos dos seus credores. A sua bancarrota, que desde Fevereiro se arrastava cronicamente e parecia ignorada, manifestou-se claramente depois de Junho.

(...)

Mas não ficou por aqui. Como Platão tinha banido da sua república os poetas, assim ela baniu da sua e para a eternidade o imposto progressivo. E o imposto progressivo não é apenas uma medida burguesa, realizável em maior ou menor grau dentro das relações de produção existentes; era o único meio de amarrar as

camadas médias da sociedade burguesa à república "honestá", de reduzir a dívida do Estado, de dar xeque à maioria antirrepublicana da burguesia.

(...)

A pequena burguesia e o proletariado tinham votado em bloco por Napoleão para votar contra Cavaignac e para, por meio da junção dos votos, arrancar à Constituinte a decisão final. Todavia, a parte mais avançada de ambas as classes apresentou os seus próprios candidatos. Napoleão era o nome coletivo de todos os partidos coligados contra a república burguesa; Ledru-Rollin e Raspail, os nomes próprios: aquele, o da pequena burguesia democrática; este, o do proletariado revolucionário. Os votos em Raspail — os proletários e os seus porta-vozes socialistas declararam-no bem alto — constituiriam uma simples manifestação, outros tantos protestos contra qualquer presidência, isto é, contra a própria Constituição, outros tantos votos contra Ledru-Rollin, o primeiro ato através do qual o proletariado, como partido político autónomo, se separava do partido democrático.

(...)

Assim, a superstição tradicional no 1793 foi abandonada ao mesmo tempo que a superstição tradicional em Napoleão. A revolução só ganhara a sua identidade no momento em que ganhara o seu nome original, próprio, e isso só o pôde fazer no momento em que a classe revolucionária moderna, o proletariado industrial, surgiu, dominante, no seu primeiro plano.

(...)

Em 21 de Março, na ordem do dia da Assembleia Nacional encontrava-se o projeto de lei de Faucher contra o direito de associação: a proibição dos clubes. O artigo 8 da Constituição garantia a todos os franceses o direito de se associarem. A interdição dos clubes era, portanto, uma inequívoca violação da Constituição, e a própria Constituinte devia canonizar a profanação dos seus santos. Mas os clubes eram os pontos de reunião, os centros de conspiração do proletariado revolucionário. A própria Assembleia Nacional tinha proibido a coligação dos operários contra os seus burgueses. E que eram os clubes senão uma coligação de toda a classe operária contra toda a classe burguesa, a formação de um Estado operário contra o Estado burguês? Não eram eles também outras tantas assembleias constituintes do proletariado e outros tantos destacamentos do exército da revolta prontos para o combate?

(...)

Deixou atrás de si o déficit do Estado aumentado pelos custos da insurreição de Junho, pela perda do imposto sobre o sal, pelas indenizações que ela concedeu aos donos das plantações pela abolição da escravatura negra, pelas despesas com a expedição romana, pela perda do imposto sobre o vinho, cuja abolição ela decidiu quando já estava a dar o último suspiro, como um velho manhoso, feliz por atirar para as costas do seu sorridente herdeiro uma comprometedora dívida de honra.

(...)

Face à classe burguesa contrarrevolucionária coligada, as partes da pequena burguesia e da classe camponesa já revolucionadas tinham naturalmente de se unir aos grandes dignitários dos interesses revolucionários, ao proletário revolucionário. Vimos como as derrotas parlamentares empurraram os porta-vozes democráticos da pequena burguesia no parlamento, isto é, a Montagne, para os porta-vozes socialistas do proletariado e como a verdadeira pequena burguesia fora do Parlamento foi igualmente empurrada para os verdadeiros proletários pela imposição brutal dos interesses burgueses e pela bancarrota. Em 27 de Janeiro a Montagne e os socialistas haviam festejado a sua reconciliação. No grande banquete de Fevereiro de 1849 repetiram esse ato de união. O partido social e o democrático, o partido dos operários e o dos pequenos burgueses, uniram-se no partido social-democrático, isto é, no partido vermelho.

(...)

... a rápida marcha da contrarrevolução europeia...

(...)

Estas eleições revelam-nos o segredo do partido democrático-socialista. Se a Montagne, o paladino parlamentar da pequena burguesia democrática, por um lado, se vira forçada a unir-se aos doutrinários socialistas do proletariado, o proletariado, por seu turno, obrigado pela terrível derrota material de Junho a erguer-se de novo por meio de vitórias intelectuais, ainda incapaz, dado o desenvolvimento das restantes classes, de lançar mão da ditadura revolucionária, teve de se lançar nos braços dos doutrinários da sua emancipação, dos fundadores de seitas socialistas —, por outro lado, os camponeses revolucionários, o exército e as províncias colocaram-se por trás da Montagne que, deste modo, se transformou em chefe do campo revolucionário e que, pelo seu entendimento com os socialistas, tinha eliminado todos os antagonismos no partido revolucionário.

III — Consequências do 13 de Junho de 1849 - De 13 de Junho de 1849 até 10 de Março de 1850

(...)

As sociedades secretas aumentavam em extensão e atividade à medida que os clubes públicos se tornavam impossíveis. As associações operárias industriais, toleradas como puras companhias comerciais, economicamente nulas, tornaram-se politicamente noutros tantos meios aglutinadores do proletariado. O 13 de Junho tinha cortado as cabeças dos dirigentes dos diferentes partidos semi-revolucionários; as massas, que ficaram, adquiriram a sua própria cabeça.

(...)

A resposta é simples.

Em primeiro lugar, a própria burguesia financeira constitui uma parte de importância decisiva da coligação realista, cujo poder governamental conjunto se chama república. Os porta-vozes e as competências dos orleanistas não são os velhos aliados e cúmplices da aristocracia financeira? Não é ela própria a falange dourada do orleanismo? No que se refere aos legitimistas, já sob Louis-Philippe tinham participado em praticamente todas as orgias das especulações da Bolsa, das minas e das ferrovias. A ligação da grande propriedade fundiária com os banqueiros é, de um modo geral, um fato normal. Prova: Inglaterra. Prova: a própria Áustria.

Num país como a França onde o volume da produção nacional é desproporcionadamente inferior ao volume da dívida nacional; onde o rendimento do Estado constitui o objeto mais importante da especulação e a Bolsa o mercado principal para o investimento do capital que se quer valorizar de um modo improdutivo; num tal país, uma massa incontável de pessoas de todas as classes burguesas ou semiburguesas tem de tomar parte na dívida pública, no jogo da Bolsa, na finança. Não encontram todos estes participantes subalternos os seus apoios e comandantes naturais na fração que representa este interesse nas suas mais colossais proporções, que o representa por inteiro?

O que é que condiciona a entrega dos bens do Estado aos banqueiros? O crescente endividamento do Estado. E o endividamento do Estado? O constante excesso das despesas em relação às receitas, uma desproporção que é ao mesmo tempo a causa e o efeito do sistema dos empréstimos públicos.

Para escapar a esse endividamento, o Estado tem ou de restringir as despesas, isto é, simplificar e diminuir o aparelho governamental, governar o menos possível, utilizar o menor número possível de pessoal, intervir o menos possível nos assuntos da sociedade burguesa. Este caminho era impossível para o partido da ordem, cujos meios de repressão, cuja ingerência oficial por parte do Estado e cuja onipresença através dos órgãos do Estado tinham de aumentar na mesma medida em que a sua dominação e as condições de vida da sua

classe eram ameaçadas de toda a parte. Não se pode reduzir a polícia na proporção em que aumentam os ataques contra as pessoas e a propriedade.

Ou então o Estado tem de procurar evitar as suas dívidas e estabelecer um equilíbrio imediato, embora passageiro, no orçamento, lançando impostos extraordinários sobre as classes mais ricas. Para subtrair a riqueza nacional à exploração da Bolsa iria o partido da ordem sacrificar a sua própria riqueza no altar da pátria?

Portanto, sem transformação completa do Estado francês não há transformação do orçamento do Estado francês. Com o orçamento do Estado há necessariamente a dívida pública e com a dívida pública necessariamente a dominação do comércio com as dívidas do Estado, dos credores do Estado, dos banqueiros, dos usurários, dos tubarões da Bolsa. Apenas uma fração do partido da ordem, os fabricantes, participava diretamente na queda da aristocracia financeira. Não nos referimos aos médios, aos pequenos industriais; referimo-nos aos regentes do interesse fabril que sob Louis-Philippe haviam constituído a ampla base da oposição dinástica. O seu interesse é indubitavelmente a diminuição dos custos de produção, portanto a diminuição dos impostos que entram na produção, portanto a diminuição da dívida pública cujos juros entram nos impostos, portanto a queda da aristocracia financeira.

(...)

Na França, o pequeno burguês faz aquilo que normalmente o burguês industrial devia fazer; o operário faz o que, normalmente, seria tarefa do pequeno burguês; e a tarefa do operário, quem a executa? Ninguém. Na França, ela não é executada, na França ela é proclamada. Essa tarefa não pode ser executada dentro dos muros nacionais, a guerra das classes no seio da sociedade francesa converte-se numa guerra mundial em que as nações se contrapõem. A sua execução só desponta no momento em que, devido à guerra mundial, o proletariado é posto à cabeça do povo que domina o mercado mundial: a Inglaterra. A revolução, que aqui encontra não o seu fim, mas o seu começo organizativo, não é uma revolução de curto fôlego. A atual geração assemelha-se aos judeus que Moisés conduz através do deserto. Não tem apenas que conquistar um mundo novo, tem de morrer para dar lugar aos homens que estejam à altura de um mundo novo.

(...)

... E a França tem uma população de vinicultores de cerca de 12 milhões.

(...)

A população rural, mais de dois terços de toda a população francesa, é constituída na sua maior parte pelos chamados proprietários fundiários livres. A primeira geração, libertada gratuitamente das cargas feudais pela Revolução de 1789, não tinha pago preço algum pela terra. As gerações seguintes, contudo, pagavam sob a forma de preço da terra o que os seus antepassados semi-servos tinham pago sob a forma de renda, dízimo, jeira, etc. Por um lado, quanto mais a população aumentava, quanto maior era, por outro lado, a divisão da terra — tanto mais caro ficava o preço da parcela, pois com a sua pequenez aumentava o volume da sua procura.

(...)

De acordo com um levantamento estatístico datado de 1840 o produto bruto francês da terra ascendia a 5.237.178.000 francos. Destes há que deduzir 3.552.000.000 de francos para gastos de cultivo, incluindo o consumo das pessoas que trabalham. Resta um produto líquido de 1.685.178.000 francos, dos quais se devem deduzir 550 milhões para juros hipotecários, 100 milhões para funcionários da justiça, 350 milhões para impostos e 107 milhões para despesas com registos, selos, taxas de hipoteca, etc. Fica a terceira parte do produto líquido, ou seja 538 milhões; distribuídos pela população não chega a 25 francos de produto

líquido por cabeça²². Nestes cálculos não se menciona naturalmente nem a usura extra hipotecária, nem os custos de advogados, etc.

Compreende-se a situação dos camponeses franceses quando a república aos seus velhos fardos acrescentou ainda novos. Como se vê, a sua exploração só na forma se distingue da exploração do proletariado industrial. O explorador é o mesmo: o capital. Através da hipoteca e da usura, os capitalistas individuais exploram os camponeses individuais; através do imposto de Estado a classe capitalista explora a classe camponesa. O título de propriedade dos camponeses é o talismã com que o capital até aqui o fascinava, o pretexto com que o aticava contra o proletariado industrial. Só a queda do capital pode fazer subir o camponês, só um governo anticapitalista, proletário, pode quebrar a sua miséria econômica, a sua degradação social. A república constitucional é a ditadura dos seus exploradores unidos; a república socialdemocrata, vermelha, é a ditadura dos seus aliados. E a balança sobe ou desce segundo os votos que o camponês lança na urna. É ele próprio que tem de decidir sobre o seu destino.

(...)

As revoluções são as locomotivas da história.

(...)

Vimos os camponeses, os pequenos burgueses e as classes médias em geral colocarem-se, pouco a pouco, ao lado do proletariado, empurrados para a oposição aberta contra a república oficial, tratados por ela como inimigos. Sublevação contra a ditadura burguesa, necessidade de uma transformação da sociedade, manutenção das instituições democrático-republicanas como órgãos do seu movimento, agrupamento em torno do proletariado como poder revolucionário decisivo — tudo isto são os traços característicos comuns do chamado partido da socialdemocracia, do partido da república vermelha. Este partido da anarquia, como os adversários o batizam, não é menos uma coligação de diversos interesses do que o partido da ordem. Da mais pequena reforma da velha desordem social até à transformação da velha ordem social, do liberalismo burguês até ao terrorismo revolucionário, tão distantes estão entre si os extremos que formam o ponto de partida e o ponto final do partido da "anarquia".

(...)

Este é o socialismo da indústria, do comércio e da agricultura, cujos chefes no partido da ordem negam estes interesses na medida em que já não coincidem com os seus monopólios privados. Deste socialismo burguês, que, naturalmente, como todas as variantes do socialismo, congrega uma parte dos operários e dos pequenos burgueses, demarca-se o socialismo pequeno-burguês propriamente dito, o socialismo por excelência. O capital persegue esta classe principalmente como credor; por isso ela exige instituições de crédito. Esmaga-a pela concorrência; por isso ela exige associações apoiadas pelo Estado. Subjuga-a pela concentração; por isso ela exige impostos progressivos, limitações sobre as heranças, que o Estado se encarregue das obras de vulto e outras medidas que detenham pela força o crescimento do capital. Uma vez que ela sonha com a realização pacífica do seu socialismo — à exceção porventura de uma segunda revolução de Fevereiro com a duração de alguns dias — parece-lhe naturalmente que o processo histórico vindouro é a aplicação de sistemas que os pensadores da sociedade, coletiva ou isoladamente, inventam ou inventaram. Deste modo convertem-se em ecléticos ou em adeptos dos sistemas socialistas existentes, do socialismo doutrinário que só foi expressão teórica do proletariado até este se ter desenvolvido num movimento histórico livre e autónomo.

Enquanto a utopia, o socialismo doutrinário, que submete a totalidade do seu movimento a um dos aspectos daquela; que coloca no lugar da produção comum, da produção social, a atividade cerebral de um qualquer pedante e sobretudo elimina fantasiosamente a luta revolucionária das classes com as suas necessidades através de pequenos passes de mágica ou de grandes sentimentalismos; enquanto este socialismo

²² O resultado não coincide: deve ser 578.178.000, e não 538.000.000; aparentemente, nos números referidos há uma falha. Isto, no entanto, não tem influência na conclusão geral: tanto num caso como noutra os rendimentos líquidos por habitante são inferiores a 25 francos.

doutrinário, que no fundo apenas idealiza a sociedade atual, dela recolhe uma imagem sem sombras e pretende impor o seu ideal contra a realidade dela, enquanto este socialismo é cedido pelo proletariado à pequena-burguesia; enquanto a luta dos diversos chefes socialistas entre si mesmos põe em evidência que cada um dos chamados sistemas se apega afincadamente a um dos pontos de trânsito da revolução social contrapondo-o aos outros, o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia tinha inventado o nome Blanqui. Este socialismo é a declaração da permanência da revolução, a ditadura de classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classes em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais.

(...)

Os seus órgãos mostram-se mais fanáticos contra os "lojistas de Paris". O insurrecto de Junho eleito representante pelos lojistas de Paris! Isto significa que é impossível um segundo Junho de 1848; isto significa que é impossível um segundo 13 de Junho de 1849; isto significa que a influência moral do capital está quebrada; isto significa que a Assembleia burguesa representa apenas a burguesia; isto significa que a grande propriedade está perdida porque o seu vassalo, a pequena propriedade, procura a sua salvação no campo dos sem propriedade.

(...)

A base da Constituição, porém é o sufrágio universal. O aniquilamento do sufrágio universal é a última palavra do partido da ordem, da ditadura burguesa.

(...)

Ao repudiar o sufrágio universal com o qual até essa altura se havia coberto e do qual havia retirado toda a sua onipotência, a burguesia confessa sem meias palavras: "A nossa ditadura tem até agora existido pela vontade do povo; agora tem de ser consolidada contra a vontade do povo." E conseqüentemente já não procura os seus apoios na França, mas sim no exterior, no estrangeiro, na invasão.

Ela, uma segunda Coblença²³ que abraza sua sede na própria França, com a invasão despertara contra si todas as paixões nacionais. Com o ataque ao sufrágio universal dá à nova revolução um pretexto geral, e a revolução precisava de semelhante pretexto, cada pretexto especial separaria as frações da luta revolucionária e poria em evidência as suas diferenças. O pretexto geral atordoia as classes meio revolucionárias e permite-lhes iludirem-se sobre o carácter definido da revolução futura, sobre as conseqüências da sua própria ação. Cada revolução precisa de uma justificativa. O sufrágio universal é a justificativa da nova revolução.

As frações burguesas coligadas, todavia, estão já condenadas ao abandonarem a única forma possível do seu poder unificado, a forma mais violenta e completa da sua dominação de classe, a república constitucional, para voltarem a refugiar-se na forma subalterna, incompleta e mais fraca, a monarquia. Assemelhavam-se a um ancião que, para voltar a ter a força da sua juventude, vai buscar a roupa de criança e procure à força enfiar nela os seus murchos membros. A sua república teve apenas um mérito: o de ser a estufa da revolução.

O 10 de Março de 1850 exhibe a seguinte inscrição:

Depois de mim o dilúvio!

Capítulo IV — A abolição do sufrágio universal em 1850

²³ Coblença: cidade da Alemanha Ocidental; durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII foi o centro da emigração contrarrevolucionária.

(...)

Apesar da prosperidade industrial e comercial de que por momentos a França gozou, a massa da população, os 25 milhões de camponeses, sofrem uma grande depressão. As boas colheitas dos últimos anos tinham feito baixar os preços dos cereais ainda mais na França do que na Inglaterra; por conseguinte, a situação dos camponeses, cheios de dívidas, sugados pela usura e carregados de impostos pouco podia ter de brilhante. A história dos últimos três anos, no entanto, já mostrou suficientemente que esta classe da população de modo nenhum é capaz de qualquer iniciativa revolucionária.

A crise surgiu primeiro na Inglaterra e depois no Continente, o mesmo passou com a prosperidade. Na Inglaterra ocorre sempre o processo original; ela é o criador do mundo burguês. No Continente, as diferentes fases do ciclo que a sociedade burguesa sempre percorre de novo surgem numa forma secundária e terciária. Em primeiro lugar, o Continente exporta para Inglaterra incomparavelmente mais do que para qualquer outro país. Todavia, estas exportações para Inglaterra dependem por sua vez da situação da Inglaterra, em especial no respeitante ao mercado ultramarino. De fato, a Inglaterra exporta incomparavelmente mais para os países ultramarinos do que todo o continente europeu. Deste modo, a quantidade das exportações continentais para esses países está sempre dependente das exportações ultramarinas da Inglaterra a cada momento. Por conseguinte, embora as crises deem primeiro origem a revoluções no Continente, as razões das mesmas encontram-se sempre na Inglaterra.

As manifestações violentas têm naturalmente de surgir mais cedo nas extremidades do corpo burguês do que no coração uma vez que aqui a possibilidade do equilíbrio é maior do que ali. Por outro lado, o grau em que as revoluções continentais se repercutem sobre a Inglaterra é ao mesmo tempo o termômetro em que se lê até que ponto essas revoluções põem realmente em causa as relações da vida burguesa, ou até que ponto só atingem as suas formações políticas.

Nesta prosperidade geral em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão exuberantemente quanto é possível no seio das relações burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução. Uma tal revolução só é possível nos períodos em que ambos estes fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção entrem em contradição entre si.

(...)

A vitória do 10 de Março deixou assim de ser decisiva. O prazo da decisão foi novamente prolongado, a energia do povo foi afrouxada, este foi habituado a triunfos legais em vez de revolucionários. O sentido revolucionário do 10 de Março, a reabilitação da insurreição de Junho ficou por fim destruídos devido à candidatura de Eugène Sue, esse social-fantasia pequeno-burguês sentimental, candidatura que o proletariado quando muito podia aceitar como piada, para agradar às costureiras. A esta candidatura bem-intencionada contrapôs o partido da ordem, agora mais audaz devido à política hesitante dos seus adversários, um candidato que representaria a vitória de Junho. Este cômico candidato era Leclerc, um espartano pai de família ao qual, contudo a imprensa arrancou, peça por peça, a heroica armadura e que acabou por sofrer uma estrondosa derrota nas eleições.

A nova vitória eleitoral do 28 de Abril embriagou a Montagne e a pequena burguesia. Ela regozijou-se já com a ideia de poder chegar ao objetivo dos seus desejos por uma via puramente legal, evitando uma nova revolução que colocaria o proletariado novamente em primeiro plano.

(...)

Um exército de 150 mil homens, o longo arrastar da decisão, o apaziguamento da imprensa, a pusilanimidade da Montanha e dos representantes recém-eleitos, a calma majestosa dos pequenos burgueses, mas sobretudo a prosperidade comercial e industrial, impediram toda e qualquer tentativa de revolução da parte do proletariado.

O sufrágio universal tinha cumprido a sua missão. A maioria do povo tinha passado pela escola evolucionista, que é a única coisa para que pode servir o sufrágio universal numa época revolucionária. Tinha de ser eliminado por uma revolução ou pela reação.

(...)

A campanha alemã em prol da Constituição do Império – Frederico Engels

(...)

Se houvesse dependido da pequena burguesia, dificilmente se teria abandonado o terreno jurídico da luta legal, pacífica e virtuosa, para empunhar, em vez das armas do espírito, o mosquete ou o paralelepípedo. A história de todos os movimentos políticos a partir de 1830, tanto na Alemanha como na França ou na Inglaterra, nos mostra esta classe sempre falastrona, grandiloquente e de vez em quando, extremista no terreno do palavreado, quando não há o perigo por perto; assombrada, preocupada e vacilante quando vê que outras classes levam a sério o movimento iniciado por ela. Disposta a trair o movimento em prol da sua existência pequeno-burguesa, ao chegar a hora da luta com as armas na mão. Por último, e como resultado da sua indecisão, sempre enganada e maltratada preferentemente, ao triunfar o partido reacionário.

A GUERRA CIVIL NA FRANÇA – 1872 - Edição da Boitempo

Paris não podia ser defendida sem armar sua classe trabalhadora, organizando-a em uma força efetiva e treinando suas fileiras na própria guerra. Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas estatais. Neste conflito entre dever nacional e interesse de classe, o Governo de Defesa Nacional não hesitou um momento em transformar-se em um Governo de Traição Nacional.

(...)

O tratado preliminar de paz entre a França e a Alemanha, assinado em Versalhes, em 26 de fevereiro de 1871, por Thiers e Jules Favre, de um lado, e Bismarck e representantes dos estados alemães do sul, de outro, determinava que a França devia ceder à Alemanha a Alsácia e a parte oriental da Lorena, além de pagar uma reparação de guerra no valor de 5 bilhões de francos; até a quitação do pagamento, uma parte da França devia continuar ocupada por tropas alemãs. No caso do não pagamento das parcelas, 3 bilhões de francos deviam sofrer juros de 5%. Essas determinações entravam em vigor a partir de sua ratificação. O tratado final de paz foi assinado em Frankfurt, em 10 de maio de 1871.

(...)

No caminho dessa conspiração erguia-se um grande obstáculo – Paris. Desarmá-la era a primeira condição de sucesso, e assim Paris foi intimada por Thiers a entregar suas armas.

(...)

fato era este: desde o próprio dia da capitulação, quando os prisioneiros de Bismarck assinaram a rendição da França, mas reservaram para si uma numerosa guarda pessoal para o declarado propósito de submeter Paris, a cidade ficou em alerta. A Guarda Nacional reorganizou-se e confiou seu controle supremo a um Comitê Central eleito pela corporação inteira, salvo algumas frações das velhas formações bonapartistas.

(...)

Dos 300 mil guardas nacionais, apenas 300 responderam a esse apelo, passando para o lado do pequeno Thiers, contra si mesmos. A gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se incontestavelmente de Paris. O Comitê Central era seu governo provisório.

(...)

De 18 de março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária permaneceu tão isenta dos atos de violência que abundam nas revoluções – e mais ainda nas contrarrevoluções – das “classes superiores” que ela não deixou aos seus oponentes nenhum fato a reclamar além das execuções dos generais Lecomte e Clément Thomas e do caso da praça Vendôme.

(...)

Em sua relutância em continuar a guerra civil iniciada por Thiers e sua investida impetuosa contra Montmartre, o Comitê Central cometeu, aí, um erro decisivo ao não marchar imediatamente sobre Versalhes, então completamente indefesa, pondo assim um fim às conspirações de Thiers e seus “rurais”. Em vez disso, ele permitiu que o Partido da Ordem provasse sua força nas urnas, em 26 de março, dia da eleição da Comuna. Então, nas prefeituras de Paris, eles puderam trocar palavras afáveis de conciliação com seus conquistadores muito generosos, enquanto ruminavam em seu íntimo planos solenes de exterminá-los no tempo oportuno.

(...)

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins.

(...)

A Revolução de 1830, que resultou na transferência do governo das mãos dos latifundiários para as mãos dos capitalistas, transferiu-o dos antagonistas mais remotos para os antagonistas mais diretos da classe operária. Os burgueses republicanos, que tomaram o poder do Estado em nome da Revolução de Fevereiro, dele se serviram para os massacres de junho, a fim de convencer a classe operária de que a República “Social” significaria uma república que promove sua submissão social e convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários de que eles podiam deixar aos “republicanos” burgueses o ônus e o bônus do governo.

(...)

Na realidade, ele era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade de governar a nação.

(...)

Por isso, o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado.

(...)

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna.

(...)

A Comuna tornou realidade o lema das revoluções burguesas – o governo barato – ao destruir as duas maiores fontes de gastos: o exército permanente e o funcionalismo estatal. Sua própria existência pressupunha a inexistência da monarquia, que, ao menos na Europa, é o suporte normal e o véu indispensável da dominação de classe. A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o governo barato nem a “verdadeira República” constituíam sua finalidade última. Eles eram apenas suas consequências. A multiplicidade de interpretações a que tem sido submetida a Comuna e a multiplicidade de interesses que a interpretam em seu benefício próprio demonstram que ela era uma forma política completamente flexível, ao passo que todas as formas anteriores de governo haviam sido fundamentalmente repressivas. **Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo**

da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho.

(...)

Quando a Comuna de Paris assumiu em suas mãos o controle da revolução; quando, pela primeira vez na história, os simples operários ousaram infringir o privilégio estatal de seus “superiores naturais” e, sob circunstâncias de inédita dificuldade, realizaram seu trabalho de modo modesto, consciente e eficaz, por salários dos quais o mais alto mal chegava a uma quinta parte do valor que, de acordo com uma alta autoridade científica, é o mínimo exigido para um secretário de um conselho escolar metropolitano – então o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante a visão da bandeira vermelha, símbolo da República do Trabalho, tremulando sobre o Hôtel de Ville.

(...)

E, no entanto, essa foi a primeira revolução em que a classe trabalhadora foi abertamente reconhecida como a **única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média parisiense – lojistas, negociantes, mercadores** –, excetuando-se unicamente os capitalistas ricos.

(...)

Ela [pequena burguesia] sentia que havia apenas uma alternativa, a **Comuna ou o Império**, qualquer que fosse o nome sob o qual este viesse a ressurgir.

(...)

O camponês era um bonapartista porque a seus olhos a Grande Revolução, com todos os benefícios que ela lhe trouxera, estava personificada em Napoleão. Essa ilusão, que ia rapidamente se esvanecendo sob o Segundo Império (e que, por natureza, era hostil aos “rurais”), esse preconceito do passado, como teria ele resistido ao apelo da Comuna aos interesses vitais e às necessidades mais urgentes do campesinato?

Os “rurais” – esta era, na verdade, sua principal apreensão – sabiam que três meses de livre comunicação da Paris comunal com as províncias desencadeariam uma sublevação geral dos camponeses; daí sua ansiedade em estabelecer um bloqueio policial em torno de Paris, a fim de deter a propagação da peste bovina.

(...)

Assim, se a Comuna era a verdadeira representante de todos os elementos saudáveis da sociedade francesa e, portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era, ao mesmo tempo, como governo operário e paladino audaz da emancipação do trabalho, um governo enfaticamente internacional. Sob a mira do mesmo exército prussiano que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os trabalhadores do mundo inteiro.

(...)

A Comuna nomeou um operário alemão, Leo Frankel, seu ministro do Trabalho.

(...)

Comuna honrou os heroicos filhos da Polônia, J. Dombrowski e W. Wróblewski., colocando-os na vanguarda dos defensores de Paris.

(...)

[nota]

Nas negociações sobre as condições do tratado de paz travadas por Bismarck e Favre em Frankfurt, de 6 a 10 de maio de 1871, ficou estabelecido que o pagamento da primeira parcela da reparação de guerra à França, no valor total de 500 milhões de francos, estava condicionada ao esmagamento da Comuna de Paris. O tratado de paz de Frankfurt confirmou as linhas estabelecidas nas negociações preliminares de Versalhes. A França devia pagar à Prússia uma reparação de guerra de 5 bilhões de francos, além de ceder a Alsácia e a Lorena à Alemanha. Mas as condições de pagamento e de disposição territorial eram agora ainda mais duras do que as acertadas em Versalhes.

(...)

O povo de Paris morre entusiasticamente pela Comuna em quantidade não igualada por nenhuma batalha conhecida da história.

(...)

Que na mais tremenda guerra dos tempos modernos o exército conquistador e o exército conquistado confraternizem no massacre comum do proletariado, esse evento sem paralelo na história não representa,

como pensa Bismarck, a repressão final de uma nova sociedade que avança, mas a redução a cinzas da sociedade burguesa. A empresa mais heroica de que ela ainda é capaz é a guerra nacional, a qual se evidenciou agora como uma pura fraude dos governos, engendrada para retardar a luta de classes e a ser descartada toda vez que essa luta de classes desemboque em guerra civil. A dominação de classe já não é mais capaz de se disfarçar sob um uniforme nacional; os governos nacionais são um só contra o proletariado! (...)

Ao mesmo tempo em que atestam, diante de Paris, o caráter internacional de sua dominação de classe, os governos da Europa proclamam a Associação Internacional dos Trabalhadores – a contra-organização internacional do trabalho em oposição à conspiração cosmopolita do capital – como a fonte principal de todos esses desastres.

(...)

A República foi proclamada em 4 de setembro, não pelos advogados tratantes que se instalaram no Hôtel de Ville como Governo de Defesa, mas pelo povo de Paris. Ela foi aclamada por toda a França sem uma única voz dissonante. Ela conquistou sua própria existência por uma guerra de cinco meses, cujo elemento decisivo foi a longa resistência de Paris. Sem essa guerra, travada pela República e em nome da República, o Império teria sido restaurado por Bismarck após a capitulação de Sedan, os advogados tratantes, com Thiers à frente, teriam tido de capitular não por Paris, mas em troca de garantias pessoais contra uma viagem a Caiena....

(...)

O único poder legítimo na França, portanto, é a própria Revolução, cujo centro é Paris. transformariam a França em um cadáver não tivessem elas sido eliminadas pelas forças regeneradoras da **revolução da classe operária francesa**.

(...)

A instauração vitoriosa da Comuna em Paris no início de novembro de 1870 (então já iniciada nas grandes cidades do [país] e que certamente seria imitada por toda a França) teria não apenas tomado a defesa das mãos dos traidores e [nela] imprimido seu entusiasmo, tal como mostra a atual guerra heroica de Paris, mas também mudado o caráter da guerra. Ela teria se tornado a guerra da França republicana, hasteando a bandeira da Revolução Social do século XIX contra a Prússia, a porta-estandarte da guerra de conquista e da contrarrevolução. Em vez de enviar o velho intriguista vulgar a mendigar por todas as cortes da Europa, ela teria eletrizado as massas produtoras no velho e no novo mundo. Com a conjuração da Comuna em 31 de outubro, Jules Favre e companhia asseguraram a capitulação da França à Prússia e iniciaram a atual guerra civil.

(...)

Mas uma coisa está clara: a Revolução de 4 de setembro não foi apenas a re-instauração da República porque o lugar do usurpador vagara após sua capitulação em Sedan; ela não conquistou apenas a República das mãos do invasor estrangeiro por meio da resistência prolongada de Paris, mesmo lutando sob a liderança de seus inimigos: essa revolução abriu para si o caminho do coração das classes trabalhadoras. A República deixou de ser um nome de uma coisa do passado. Ela foi impregnada com um novo mundo.

(...)

A Comuna – a forma positiva da Revolução contra o Império e as condições de sua existência –, cuja primeira tentativa de instauração se deu nas cidades do sul da França e que foi mais de uma vez proclamada em movimentos espasmódicos durante o cerco de Paris, onde foi escamoté (traída, frustrada) pelos truques do Governo de Defesa e dos bretões de Trochu, o herói do “plano de capitulação” – essa Comuna foi, enfim, vitoriosamente instalada em 26 de março, mas não surgiu repentinamente do nada naquele dia. Ela era a meta inalterável da revolução dos trabalhadores. A capitulação de Paris, a conspiração aberta contra a República em Bordeaux, o golpe de Estado iniciado pelo ataque noturno a Montmartre, reuniu em torno da Comuna todos os mais vigorosos elementos de Paris, não mais permitindo aos homens da defesa limitá-la aos esforços isolados das porções mais conscientes e revolucionárias da classe trabalhadora de Paris.

(...)

Desse modo, também a sublevação de toda a Paris vigorosa – com exceção dos pilares do bonapartismo e sua oposição oficial, dos grandes capitalistas, dos especuladores financeiros, dos trapaceiros, dos preguiçosos

e dos velhos parasitas do Estado – contra o Governo de Defesa não data de 18 de março, embora ela tenha conquistado neste dia sua primeira vitória contra a Conspiração; ela data de 31 de janeiro, o dia da capitulação. A Guarda Nacional – que são todos os homens armados de Paris – organizou a si mesma e realmente governou Paris a partir desse dia, independentemente do governo usurpador dos capitulars instalado pela graça de Bismarck.

(...)

Ela [Paris, a comuna, o comitê central da guarda nacional, depois de 31 de janeiro] se limitou a uma simples atitude de defesa e se contentou com um autogoverno de fato de Paris. Porém, organizou-se silenciosa e decididamente para a resistência. (Mesmo nos próprios termos da capitulação, os capitulars mostraram inconfundivelmente sua inclinação a fazer da rendição à Prússia, ao mesmo tempo, um meio de sua dominação sobre Paris. A única concessão por parte da Prússia em que eles insistiram – uma concessão que Bismarck lhes teria imposto como uma condição se eles não tivessem implorado por ela como uma concessão – foi 40 mil soldados para a subjugação de Paris. Diante de seus 300 mil guardas nacionais – mais do que o suficiente para assegurar Paris contra uma agressão estrangeira e para a defesa de sua ordem interna –, a demanda desses 40 mil homens não poderia ter outro propósito; um fato que, além disso, foi confessado.) Apoiada em sua organização militar existente, Paris formou uma federação política de acordo com um plano muito simples. Este consistia na aliança de todas as guardas nacionais, postas em conexão umas com as outras pelos delegados de cada companhia, que nomeariam, por sua vez, os delegados dos batalhões, que por seu turno nomeariam os delegados gerais, generais de legiões, cada um a representar um bairro e a cooperar com os delegados dos 19 outros bairros. Esses 20 delegados, escolhidos pela maioria dos batalhões da Guarda Nacional, compunham o Comitê Central que em 18 de março iniciou a maior revolução desse século e que ainda conserva seu lugar na atual luta gloriosa de Paris. Nunca houve eleições tão seletivas, nunca delegados representaram tão plenamente as massas das quais eles provinham. Às objeções dos observadores externos de que eles eram desconhecidos – e, de fato, eles só eram conhecidos das classes trabalhadoras, sendo desconhecidos daquelas velhas figuras marcadas, homens ilustres pelas infâmias de seu passado, por sua caça por propinas e cargos –, eles orgulhosamente replicavam: “Também o eram os doze apóstolos”, e respondiam com seus atos.

(...)

Em sua luta contra a Revolução de 1848, a República Parlamentar da França e os governos de toda a Europa continental foram obrigados a reforçar, com medidas repressivas contra o movimento popular, os meios de ação e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções, assim, apenas aperfeiçoaram a maquinaria estatal, em vez de se livrar desse pesadelo sufocante.

(...)

Durante a luta revolucionária de 1848 ele [o Estado] serviu, por fim, como um meio de aniquilar aquela revolução e todas as aspirações à emancipação das massas populares.

(...)

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social. Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes dominantes para outra, mas para destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe ela mesma. Não foi uma dessas lutas insignificantes entre as formas executiva e parlamentar da dominação de classe, mas uma revolta contra ambas essas formas, integrando uma à outra, e da qual a forma parlamentar era apenas um apêndice defeituoso do Executivo. O Segundo Império foi a forma final dessa usurpação estatal. A Comuna foi sua direta negação e, assim, o início da Revolução Social do século XIX. Portanto, seja qual for seu destino em Paris, ela fará a volta ao mundo. Ela foi imediatamente aclamada pela classe trabalhadora da Europa e dos Estados Unidos como uma palavra mágica de libertação.

(...)

Apenas a classe trabalhadora podia formular essa nova aspiração por meio da palavra “comuna” e colocá-la em prática com a combativa Comuna de Paris.

(...)

A média burguesia e a pequena burguesia estavam, por suas condições econômicas de vida, impedidas de iniciar uma nova revolução e eram obrigadas ou a seguir os passos das classes dominantes ou [a tornar-se] as seguidoras da classe trabalhadora. Os camponeses eram a base econômica passiva do Segundo Império, desse último triunfo do Estado separado e independente da sociedade. Somente os proletários, inflamados por uma nova missão social a ser cumprida em nome de toda a sociedade, a missão de eliminar todas as classes e a dominação de classe, eram os homens que podiam quebrar o instrumento dessa dominação de classe: o Estado, o poder governamental centralizado e organizado, a usurpar a posição de senhor ao invés de ser o servo da sociedade.

(...)

O parlamentarismo na França chegara ao fim. Seu último suspiro foi a República parlamentar, de maio de 1848 até o golpe de Estado. O Império, que o matou, foi sua própria criação. (...) O parlamentarismo estava, então, morto na França, e certamente não seria a Revolução dos trabalhadores que iria ressuscitá-lo.

(...)

A Comuna – a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão –, a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão.

(...)

A prisioneira Paris retomou, com um golpe audaz, a liderança da Europa sem apoiar-se na força bruta e sim assumindo a liderança do movimento social, dando corpo às aspirações da classe trabalhadora de todos os países.

(...)

Ela pode provocar violentas reações e revoluções igualmente violentas. Ela inaugura a emancipação do trabalho – seu grande objetivo –, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica uma imensa porção da produção nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma reforma econômica, assim como a uma transformação política.

(...)

Comuna representa, sobre esse ponto vital, não apenas os interesses da classe trabalhadora, mas também da pequena burguesia, na verdade, de toda a classe média com exceção da burguesia (os capitalistas ricos) (os ricos proprietários de terra e seus parasitas estatais). Ela representa, acima de tudo, o interesse do campesinato francês. Sobre este será lançada a maior parte das taxas de guerra, caso Thiers e seus “rurais” saiam vitoriosos

(...)

Por outro lado, o trabalho do camponês é isolado e os meios de produção são parcelados, dispersados. Mas essa propriedade camponesa já viveu sua fase normal, isto é, a fase em que ela era uma realidade, um modo de produção e uma forma de propriedade que respondia aos anseios econômicos da sociedade e garantia aos próprios produtores rurais condições normais de vida. Ela entrou em seu período de decadência. Por um lado, dela derivou um numeroso proletariado rural, cujos interesses são idênticos àqueles dos trabalhadores urbanos assalariados. O próprio modo de produção tornou-se caduco pelo moderno progresso da agronomia. Por último, a propriedade camponesa mesma tornou-se nominal, deixando ao camponês a ilusão da propriedade e o expropriando dos frutos de seu próprio trabalho. A competição dos grandes produtores rurais, a taxa de sangue, a taxa estatal, a usura das hipotecas urbanas e os numerosos pequenos furtos do sistema judiciário que o cercam por todos os lados degradaram-no à posição de um ryot [lavrador] hindu, ao passo que sua expropriação – até mesmo a expropriação de sua propriedade nominal – e degradação a um

proletário rural constituem um fato cotidiano. O que separa o camponês do proletário, portanto, é não mais seu interesse real, mas seu preconceito ilusório.

(...)

Mas os verdadeiros elementos vitais da pequena burguesia, libertados de seus falsos representantes pela **revolução dos trabalhadores**, desvencilharam-se desse partido pela primeira vez na história das revoluções francesas e se apresentaram em suas verdadeiras cores. Eles constituem a “Liga da Liberdade Republicana”, agindo como intermediária entre Paris e as províncias, repudiando Versalhes e marchando sob as bandeiras da Comuna.

(...)

Pela primeira vez na história, a pequena burguesia aderiu abertamente à revolução dos trabalhadores e proclamou-a como o único meio de sua própria salvação e da salvação da França! Ela forma, juntamente com os trabalhadores, o núcleo da Guarda Nacional, toma assento com eles na Comuna, realiza para eles a mediação na União Republicana!

As principais medidas da Comuna foram tomadas para a salvação da classe média – a classe devedora de Paris contra a classe credora! Essa classe média havia cerrado fileira, na Insurreição de Junho (1848), contra o proletariado sob a bandeira da classe capitalista, seus generais e seus parasitas estatais.

(...)

Todos os elementos vitais da França reconhecem que uma república só é possível na França e na Europa como uma “República Social”, isto é, uma república que desapropria o capital e a classe dos proprietários rurais da máquina estatal para que esta seja assumida pela Comuna, que declara francamente que a “emancipação social” é o grande objetivo da República e, assim, garante essa transformação social pela organização comunal.

(...)

A bandeira vermelha, hasteada pela Comuna de Paris, coroa na realidade apenas o governo dos trabalhadores de Paris! Eles proclamaram clara e conscientemente como sua meta a emancipação do trabalho e a transformação da sociedade! Mas o atual caráter “social” de sua república consiste apenas nisto: que os trabalhadores governam a Comuna de Paris! Quanto às suas medidas, elas têm de, pela natureza das coisas, estar principalmente confinadas à defesa militar de Paris e a seu abastecimento!

(...)

Os fundadores utópicos de seitas, enquanto em seu criticismo da sociedade atual descreviam claramente a meta do movimento social, a superação do sistema do trabalho assalariado com todas as suas condições econômicas de domínio de classe, não localizavam na própria sociedade as condições materiais de sua transformação, tampouco na classe trabalhadora o poder organizado e a consciente de seu movimento. Eles procuravam compensar as condições históricas do movimento com imagens fantasiosas e planos de uma nova sociedade em cuja propaganda viam o verdadeiro caminho da salvação. A partir do momento em que o movimento dos operários tornou-se real, as utopias fantásticas esvaeceram-se, não porque a classe trabalhadora houvesse desistido do fim pretendido por esses utopistas, mas porque encontraram os verdadeiros meios para realizá-lo, surgindo em seu lugar uma visão real das condições históricas do movimento e uma força cada vez mais agregadora da organização militar da classe trabalhadora.

(...)

Aqui é claramente dito que o governo da classe trabalhadora é, em um primeiro momento, necessário para salvar a França das ruínas e da corrupção...

(...)

Mas também é dito, não menos claramente, que o **governo da classe trabalhadora só pode salvar a França e gerir o negócio nacional ao trabalhar por sua própria emancipação**, sendo as condições dessa emancipação ao mesmo tempo as condições da regeneração da França. O governo da classe trabalhadora é proclamado como uma guerra do trabalho contra os monopolistas dos meios do trabalho, contra o capital.

(...)

Proclamando em alto e bom tom suas tendências internacionais – porque a causa do produtor é por toda a parte a mesma e seu inimigo o mesmo, qualquer que seja sua nacionalidade (seja qual for seu traje nacional) –, Paris proclamou como um princípio a admissão dos estrangeiros na Comuna, elegendo inclusive um operário estrangeiro (um membro da Internacional) para seu Conselho Executivo....

CARTAS ENTRE MARX E ENGELS:

Carta de Marx a Engels, Londres 8 de outubro de 1858 Extraído de Sobre o colonialismo, tomo II, página 191

“A tarefa específica da sociedade burguesa é a instituição de um mercado mundial, pelo menos em esboço, e de uma produção baseada nesse mesmo mercado mundial. Como o mundo é redondo, isto parece ter sido completado pela colonização da Califórnia e da Austrália e pela abertura da China e do Japão. Para nós a questão difícil é a seguinte: no continente a revolução está iminente e assumirá imediatamente um caráter socialista. Não estará ela condenada a ser esmagada neste pequeno recanto, considerando que num território muito maior o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente?”

Artigo de Karl Marx: Revolução na China e na Europa, 20 de maio de 1853:

Extraído de Sobre o colonialismo, tomo I, página 21

“Quer o ‘contato entre extremos’ seja ou não um princípio universal, podemos ver um admirável exemplo da sua existência no efeito que a revolução chinesa parece poder vir a exercer sobre o mundo civilizado. Pode parecer muito estranho e bastante paradoxal afirmar que o próximo levantamento do povo da Europa, e o seu próximo movimento pela liberdade republicana e pela economia governamental, pode depender mais provavelmente daquilo que se está agora a passar no Império do Sol – o verdadeiro oposto da Europa – do que qualquer causa política agora existente....”

(...)

Agora, que a Inglaterra originou a revolução na China, a questão está em saber como é que, a seu tempo, essa revolução atuará sobre a Inglaterra e, através da Inglaterra, sobre a Europa.

(...)

Friedrich Engels, prefácio a edição italiana do Manifesto Comunista de 1893.

“Por toda a parte a revolução [de 1848, na França e na Alemanha] de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem determinada de, derrubando o governo, derrubarem o regime da burguesia. Mas, por profundamente conscientes que estivessem do antagonismo fatal que existia entre a classe deles e a burguesia, nem o progresso económico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas tinham atingido o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países — na Itália, na Alemanha, na Áustria, na Hungria —, os operários, de começo, mais não fizeram do que levar ao poder a burguesia. Mas em qualquer país o reino da burguesia é impossível sem a independência nacional. Por isso, a revolução de 1848 tinha de arrastar consigo a unidade e a autonomia das nações que até então lhes faltara — da Itália, da Hungria, da Alemanha. A da Polónia seguir-se-á por sua vez. Portanto, se a revolução de 1848 não foi uma revolução socialista, aplanou o caminho, preparou o solo para esta última.”

CARTA DE ENGELS A AUGUST BEBEL, LONDRES 22 DE DEZEMBRO DE 1892 (Extraído de Marx e Engels werk, tomo XXXVIII pg 564-556)

“Só se Paris fizesse uma revolução chegaria a vez dos socialistas, já que em Paris, como a Comuna, toda revolução torna-se por si só socialista.”